

# Estudo

## Projeções e cenários para o Distrito Federal

Análises prospectivas populacionais,  
habitacionais, econômicas e de  
mobilidade

**codeplan**  
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de  
Planejamento,  
Orçamento e Gestão

  
Governo do Distrito Federal

# **Projeções e cenários para o Distrito Federal**

Análises prospectivas populacionais, habitacionais,  
econômicas e de mobilidade

Brasília-DF, novembro de 2018

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Rodrigo Rollemberg**  
Governador

**Renato Santana**  
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO  
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**  
**Renato Jorge Brown Ribeiro**  
Secretário

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**  
**Lucio Remuzat Rennó Júnior**  
Presidente

**Martinho Bezerra de Paiva**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Bruno de Oliveira Cruz**  
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

**Ana Maria Nogales Vasconcelos**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Aldo Paviani**  
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

## **EQUIPE RESPONSÁVEL**

### **DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - DIEPS**

---

- Bruno de Oliveira Cruz - Diretor

#### **Gerência de Contas e Estudos Setoriais - GECON**

- Clarissa Jahns Schlabititz - Gerente
- João Renato Lerípio - Técnico

### **DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS**

---

- Ana Maria Nogales Vasconcelos - Diretora

#### **Gerência de Estudos e Análises de Promoção Social - GEPROM**

- Elisete Rodrigues de Souza - Gerente

#### **Gerência de Estudos e Análises de Proteção Social - GEPROT**

- Rebeca Carmo Batista de Souza - Gerente

#### **Núcleo de Estudos Populacionais - NEP**

- Mônica Oliveira Marques França - Chefe
- Ana Maria Peres Franca Boccucci - Técnica

### **DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS - DEURA**

---

- Aldo Paviani - Diretor

#### **Gerência de Estudos Urbanos - GEURB**

- Sérgio Ulisses Silva Jatobá - Gerente

#### **Gerência de Estudos Ambientais - GEAM**

- Carlos Chagastelis Martins Leal - Técnico
- Umberto Rafael de Menezes Filho - Técnico

---

#### **Revisão e copidesque**

Eliane Menezes

Nilva Rios

#### **Editoração Eletrônica**

Maurício Suda

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. POPULAÇÃO.....	6
2.1. Principais Pontos de Atenção .....	6
2.2. Cenários Demográficos, Educacionais e de Saúde.....	6
2.2.1. Perspectivas Demográficas - 2015 a 2025.....	7
2.2.2. Perspectivas Educacionais - 2015 a 2024.....	10
2.2.3. Cenário de Saúde - 2018 a 2025 .....	12
2.3. Resumo .....	17
2.4. Referências bibliográficas.....	18
2.5. Anexo Metodológico .....	18
2.5.1. Perspectivas Demográficas - 2015-2025.....	18
2.5.2. Cenários Educacionais - 2015-2025.....	20
2.5.3. Cenários da Saúde - 2018-2025 .....	20
3. PANORAMA HABITACIONAL PROSPECTIVO PARA O DISTRITO FEDERAL - 2020/2025.....	21
3.1. Resumo Executivo .....	21
3.2. Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal.....	23
3.2.1. Metodologia de cálculo do Déficit Habitacional .....	23
3.2.2. Cálculo do Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal pela FJP com base na PNAD .....	24
3.2.3. Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF para os anos de 2020 e 2025.....	25
3.3. Conclusão.....	27
3.4. Considerações Prospectivas.....	27
3.5. Referências bibliográficas.....	28
4. CENÁRIOS PROSPECTIVOS DE MOBILIDADE URBANA NO DISTRITO FEDERAL.....	29
4.1. Apresentação.....	29
4.2. Demanda de Passageiros do Serviço Básico, por Ônibus .....	29
4.3. Evolução da Frota de Veículos no DF (dados obtidos no DETRAN/DF) .....	33
4.4. Considerações Finais .....	36
4.5. Referências Bibliográficas.....	37
5. PANORAMA ECONÔMICO DISTRITO FEDERAL 2018-2022.....	38
5.1. Sumário Executivo .....	38
5.2. Introdução.....	39
5.3. Aspectos metodológicos das previsões .....	41
5.4. Projeções para 2018-2022: Brasil e Distrito Federal .....	41
5.4.1. Brasil.....	41
5.4.2. Distrito Federal.....	44
5.5. Comentários Finais.....	47
6. CONCLUSÃO .....	48

## 1. APRESENTAÇÃO

A Codeplan, em um esforço que envolveu as suas áreas finalísticas e seus técnicos, traçou os cenários e projeções para os próximos anos, com a expectativa de contribuir para pensar Brasília e auxiliar no planejamento da intervenção estatal, visando o futuro de nossa cidade.

Explorar aspectos demográficos, econômicos, habitacionais e de mobilidade, saúde e educação para os próximos anos é o cerne deste trabalho, motivado pelo desafio de se conhecer os cenários e o que eles reservam para a nossa cidade, em especial do próprio Governador do Distrito Federal, preocupado com o futuro da cidade e com a adequação das políticas públicas e da intervenção estatal.

Entre suas análises, o estudo destaca, por exemplo, a questão do crescimento demográfico e suas implicações, tanto nas demandas de saúde e educação como na adequação das políticas públicas das áreas. De acordo com a revisão das projeções populacionais, a população residente no Distrito Federal estimada em 2,85 milhões habitantes, em 2015, passará para 3,24 milhões, em 2025.

O incremento populacional será de pouco mais de 390 mil habitantes em dez anos. Embora a projeção indique aumento do contingente populacional, a taxa de crescimento média anual será decrescente. Assim, a população total do Distrito Federal tenderá a crescer, contudo em um ritmo menor para o período analisado, com destaque para a redução do número de jovens e aumento da população idosa.

As projeções das necessidades habitacionais apresentadas neste trabalho foram definidas com base no Déficit Habitacional Urbano, calculado pela metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP), adaptada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica (Ipea) em 2013.

No tocante à questão de mobilidade, são apresentados levantamentos de demanda de passageiros do Serviço Básico, por ônibus, do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), especificamente aos períodos 2016, 2017 e 2018, este último até o mês de fevereiro, considerando as informações e medições fornecidas pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Governo do Distrito Federal (SEMOB-DF), por meio de relatórios de demanda anuais, no âmbito do módulo de metas “Gestão DF”, do plano de Gestão da Estratégia, emitido em 05/06/2018.

Finalmente, as projeções econômicas para o Distrito Federal 2018-2022 tem como principal objetivo fornecer estimativas sobre a trajetória de médio prazo para variáveis que impactam diretamente a vida dos cidadãos e o planejamento da administração pública. Mais especificamente, foram considerados os indicadores agregados para o Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de desocupação conforme medida pela Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Receitas tributárias.

Para obter as projeções, foram empregadas técnicas econométricas e estatísticas que buscam relacionar a evolução dos indicadores do Distrito Federal com aqueles observados para o Brasil. A escolha das ferramentas utilizadas baseou-se nas características específicas do conjunto de dados de cada variável. Adicionalmente, o desenho dos cenários teve como principal insumo as expectativas colhidas pelo Banco Central do Brasil através da pesquisa Focus.

**Lucio Rennó**  
Presidente

## 2. POPULAÇÃO

### 2.1. Principais Pontos de Atenção

- 1) Incremento populacional de 390 mil habitantes entre 2015 e 2025, com taxas de crescimento declinantes.
- 2) Redução do número de jovens (menor de 15 anos) e aumento da população idosa (60 anos ou mais), mas com estabilidade da população dita com capacidade produtiva (15 a 59 anos) até 2025.
- 3) Para se alcançar a meta de atendimento da educação infantil definido pelo Plano Distrital de Educação, será necessária a criação de 87.171 vagas até 2024, o que significa aumentar a capacidade de atendimento das creches em 90%. O ensino fundamental está atendendo a demanda de matrículas projetada. Por sua vez, para o ensino médio, é necessária a criação de 43.958 vagas para se atingir a meta prevista até 2024, e o ensino superior apresentou uma demanda por 97.665 matrículas.
- 4) Em decorrência do envelhecimento populacional, há um aumento de demanda por serviços de saúde. Enquanto a capacidade necessária de atendimento para jovens e adultos deverá se manter constante, haverá aumento significativo da demanda por leitos para a população idosa. O número de leitos para a especialidade clínica sofrerá um aumento de 1.099 leitos além dos 1.282 já existentes em 2017, representando acréscimo de 86% no número de leitos. Contudo outras especialidades exigirão menos leitos, sendo importante uma redistribuição desses recursos pela rede.
- 5) Há um incremento de 91.024 domicílios urbanos entre 2015 e 2020 e de 85.914 entre 2020 e 2025. O incremento do déficit habitacional entre 2015 e 2020 seria de 12.069 domicílios e de 11.393 domicílios entre 2020 e 2025 sob uma base de um déficit em 2015 de aproximadamente 117.000.
- 6) Modelo de projeção do crescimento do PIB do DF com base nas projeções do cenário nacional prevê retorno à situação anterior à crise iniciada em fins de 2014 apenas no final de 2021.
- 7) Para se atingir uma taxa de desemprego de 12,8% em 2022, cenário esse possível apenas com crescimento do Produto Interno Bruto do Distrito Federal (PIB-DF) a aproximadamente 2% ao ano, seria necessário criar 23 mil empregos com carteira assinada por ano, com uma taxa de participação (contingente de pessoas ocupadas e desempregadas) fixa de 66% e mantendo a mesma proporção de empregos formais.

### 2.2. Cenários Demográficos, Educacionais e de Saúde<sup>1</sup>

Após revisão de estimativas e tendências da fecundidade e da migração no Distrito Federal, no período intercensitário (2000-2010), e pós-censitário (2010-2015), as projeções populacionais publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 tiveram colaboração estreita da Diretoria de Políticas Sociais (DIPOS) da Codeplan em sua elaboração.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Equipe responsável: Ana Maria Nogales Vasconcelos, Elisete Rodrigues, Rebeca Souza, Ana Maria Boccucci, Mônica França, diretora, gerentes e técnicos da DIPOS/Codeplan.

<sup>2</sup> IBGE, Projeções populacionais, Revisão 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>.

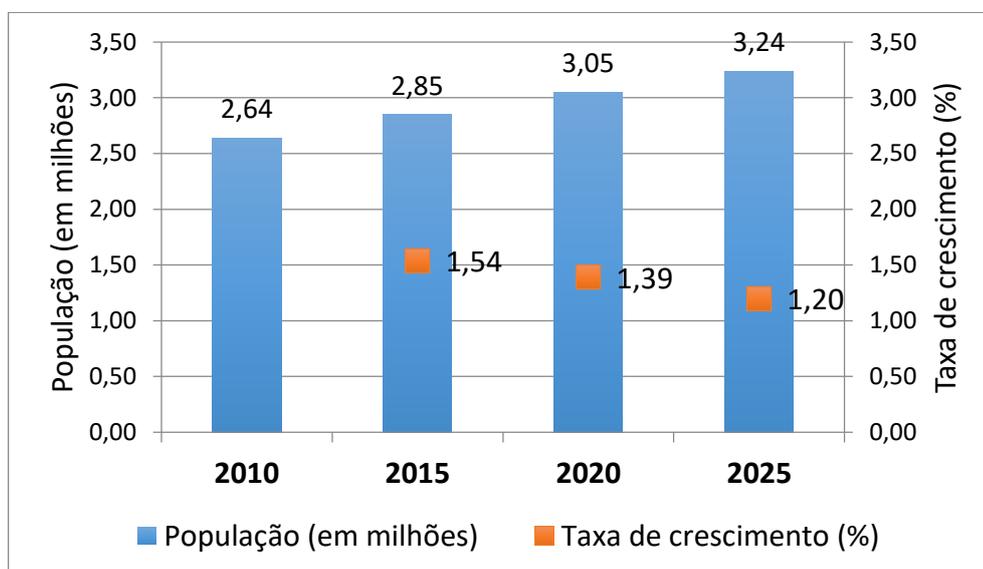
Para os cenários educacionais, foram analisados os dados dos Censos escolares de 2015 e 2016, disponíveis no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação. Para o presente trabalho, foram considerados os estudantes matriculados na educação básica (ensino regular) e ensino superior. A construção dos cenários educacionais teve como base as metas estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação (PDE) para 2024, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

No que se refere aos cenários da Saúde, considerou-se a nova política de Atenção Primária da Saúde (APS) e a meta de cobertura de 70% da população do Distrito Federal, assim como as demandas por profissionais da área da saúde e por leitos hospitalares para atender a população que ainda cresce em tamanho e envelhece.

### 2.2.1. Perspectivas Demográficas - 2015 a 2025

De acordo com a revisão das projeções populacionais, a população residente no Distrito Federal estimada em 2,85 milhões habitantes, em 2015, passará para 3,24 milhões, em 2025. O incremento populacional será de pouco mais de 390 mil habitantes em dez anos. Embora a projeção indique aumento do contingente populacional, a taxa de crescimento média anual será decrescente. De acordo com as projeções, a taxa passará de 1,54% ao ano, entre 2010 e 2015, para 1,20%, entre 2020 e 2025. Portanto a população total do Distrito Federal tenderá a crescer, contudo em um ritmo menor para o período analisado (Gráfico 1).

Gráfico 1 - População total e taxa de crescimento média anual. Distrito Federal. 2010-2025



Fonte: IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, (Tabela Distrito Federal)

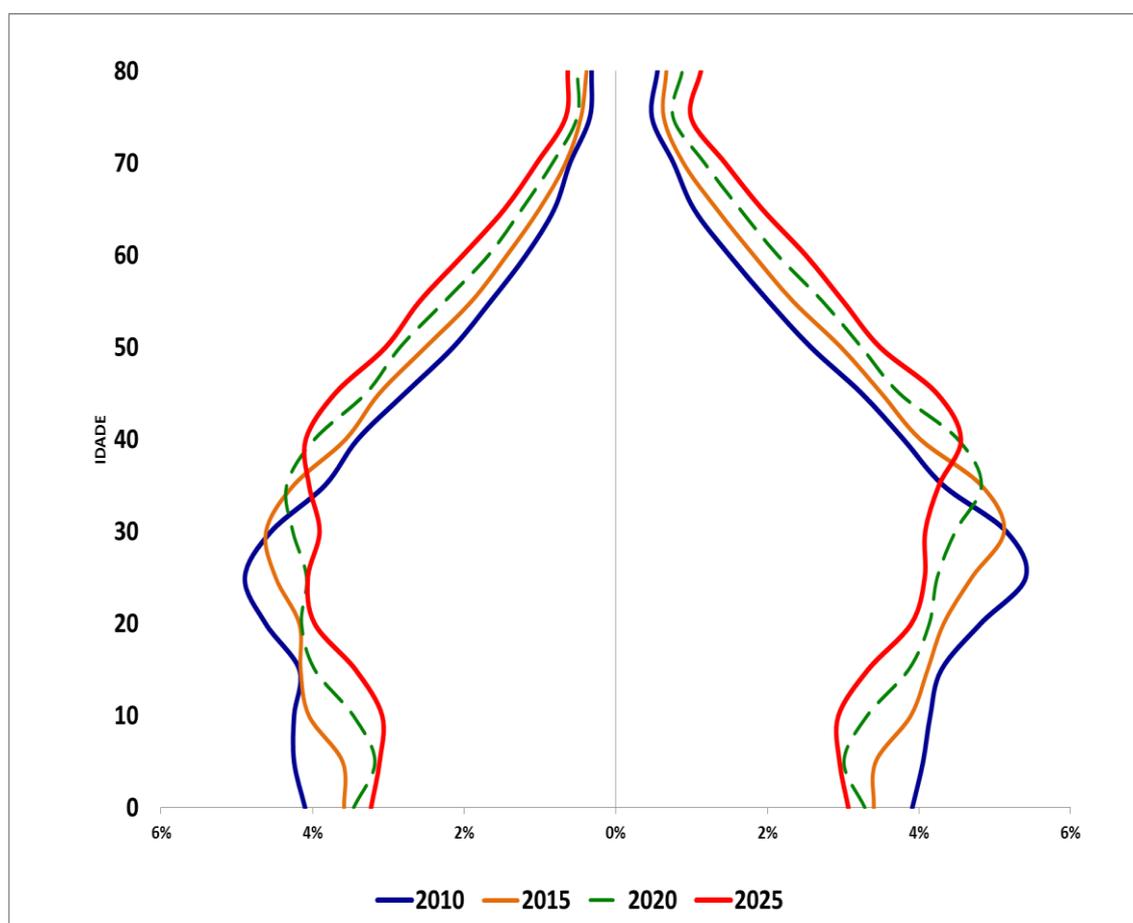
Nota: Para a taxa de crescimento média anual da população, utilizou-se o modelo de crescimento geométrico, dado pela expressão  $P_t = P_0(1+r)^t$ , na qual  $r$  é a taxa de crescimento,  $P_t$  é a população no momento  $t$  e  $P_0$  é a população no momento inicial.

Além da variação do tamanho da população do Distrito Federal, é fundamental verificar qual o impacto desse crescimento sobre sua estrutura etária. Considerando os três grupos etários que representam etapas do curso da vida, cujas demandas por políticas públicas são específicas: a infância e o início da adolescência (de zero a 14 anos); a juventude (de 15 a 29 anos) e as idades adultas (de 30 a 59 anos), que se caracterizam por serem idades reprodutivas e de maior expressão da atividade econômica; e os idosos (60 anos e mais). Os dois grupos de idades extremos, de zero a 14 anos e 60 anos e mais, são considerados, na

análise de estruturas etárias, como dependentes, e o grupo etário intermediário (15 a 59 anos) como potencialmente ativos economicamente.

Observa-se, no período de projeção (2010 a 2025), que há uma importante mudança na estrutura etária da população do Distrito Federal (Gráfico 2 e Tabela 1). A distribuição do contingente populacional nos três grandes grupos etários evidencia essa transformação. Há uma expressiva redução da participação da população mais jovem (menor que 15 anos) e um aumento importante da participação da população idosa. A população com menos de 15 anos de idade que correspondia a 24,7% da população do DF, em 2010, terá esse percentual reduzido a menos de 18,4% em 2025. Em contrapartida, a população idosa passará de 7,6% da população total, em 2010, para 13,8% em 2025. Vale notar que a participação da população com idades entre 15 e 59 anos na população total não terá muita variação no período, permanecendo o percentual em torno de 68%.

**Gráfico 2** - População por sexo e idade (em %). Distrito Federal. 2010-2025



Fonte: IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, (Tabela Distrito Federal)

As tendências de distribuição da população nos três grandes grupos etários indicam que a Razão de Dependência<sup>3</sup> alcançará seus menores valores no período, característica do chamado Bônus Demográfico. O Bônus, que é resultado do processo de transição demográfica, com a queda das taxas de fecundidade e, conseqüente, redução do número de nascimentos, tem sido apontado como um momento de oportunidade para as sociedades. É um momento de grande capacidade produtiva, pois o maior contingente populacional encontra-se entre as idades de 15 a 59 anos; e de menor pressão de demandas dos grupos

<sup>3</sup> Razão entre a população dos grupos etários considerados dependentes (menor que 15 e 60 ou mais de idade) e a população em idade potencialmente ativa (15 a 59 anos).

etários dependentes. Por um lado, se a pressão do aumento da população da base da pirâmide é reduzida, a sociedade não necessitaria ampliar a cobertura de políticas sociais destinadas à infância e adolescência, por outro, a demanda por políticas de atenção à população idosa ainda não constituiria um grande peso para a sociedade.

**Tabela 1** - População total e indicadores de estrutura e dinâmica demográficas. Distrito Federal, 2010-2025

Indicadores	2010	2015	2020	2025
<b>População Total</b>	<b>2.639.212</b>	<b>2.848.633</b>	<b>3.052.546</b>	<b>3.239.675</b>
%				
0-14	24,7	23,3	19,7	18,4
15-59	67,7	68,4	68,9	67,8
60+	7,6	8,3	11,3	13,8
<b>Razão de dependência<sup>4</sup></b>				
Total	47,7	46,1	45,1	47,5
Juvenil	36,5	34,0	28,6	27,1
Idosos	11,2	12,1	16,5	20,4
<b>Índice de envelhecimento</b>	<b>30,7</b>	<b>35,7</b>	<b>57,5</b>	<b>75,2</b>
		<b>2010-2015</b>	<b>2015-2020</b>	<b>2020-2025</b>
<b>Taxa de Fecundidade Total (TFT)</b>	2,00	1,79	1,73	1,65
<b>Esperança de vida ao nascer</b>				
<b>Homens</b>	71,83	73,53	74,94	76,09
<b>Mulheres</b>	79,23	80,75	81,96	82,75
<b>Taxa de crescimento (%)</b>				
<b>Total</b>		<b>1,54</b>	<b>1,39</b>	<b>1,20</b>
0-14		-0,82	-0,77	-0,21
15-59		1,84	1,45	0,85
60+		5,77	5,49	5,29

Fonte: Dados das Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060 publicados pelo IBGE

Elaboração: DIPOS/Codeplan

Nota: Indicadores

Observa-se, no entanto, que, em 2025, a Razão de Dependência volta a aumentar, com o peso da população idosa. De fato, o Índice de Envelhecimento indica que, em 2025, para cada 100 pessoas em idades menores que 15 anos, haverá 75 idosos, mais que o dobro do valor registrado em 2010. Os ritmos de crescimento diferenciados por segmento etário deixam claro que a população do Distrito Federal envelhece rapidamente: enquanto a população com menos de 15 anos de idade apresenta taxas de crescimento médias anuais negativas a partir de 2010 (ou seja, essa população decrescerá), a população com 60 anos ou mais de idade cresce muito rapidamente, com taxas superiores a 5% ao ano em todo o período.

Tendo como base as projeções populacionais para o Distrito Federal, seguem-se os cenários educacionais e de saúde.

<sup>4</sup> **Razão de dependência total** é a razão entre a população dos grupos etários considerados dependentes (menor que 15 e 60 ou mais de idade) e a população em idade potencialmente ativa (15 a 59 anos). **Razão de dependência juvenil** é a razão entre a população menor que 15 e a população em idade potencialmente ativa (15 a 59 anos). **Razão de dependência de idosos** é a razão entre a população com 60 anos e mais e a população em idade potencialmente ativa (15 a 59 anos). **Índice de envelhecimento** é a razão entre a população com 60 anos e mais e a população menor que 15 anos. **Taxa de Fecundidade Total (TFT)** expressa o número médio de filhos que uma mulher espera ter ao final de seu período reprodutivo. **Esperança de vida ao nascer** é o número médio de anos vividos a partir do nascimento.

## 2.2.2. Perspectivas Educacionais - 2015 a 2024

A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) estabelecem a educação como um direito fundamental, de modo que cabe ao Estado garantir educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 (dezessete) anos de idade. Atualmente, no Distrito Federal, o instrumento de planejamento, gestão e integração do sistema de ensino é o Plano Distrital de Educação (PDE) (2015-2024). Ele foi construído com a participação da sociedade para ser executado pelos gestores educacionais. Está organizado em metas e estratégias a partir de diagnósticos e outros dados que servem de referência inicial para o seu monitoramento e avaliação. Assim, os cenários elaborados consideraram as metas educacionais a serem alcançadas até o ano de 2024 constantes do Plano Distrital de Educação.

O plano de expansão das matrículas na rede de ensino do Distrito Federal foi revisto e sistematizado no Plano Decenal de Educação com vigência entre 2015-2024. Considerando-se a capacidade instalada atualmente, com base nos dados do Censo Escolar de 2016 e as projeções populacionais para as idades correspondentes às etapas de ensino, foram construídos cenários para o atendimento educacional com vistas ao alcance das metas estabelecidas no PDE até 2024.

Os dados dos Censos escolar e do ensino superior de 2016 (Tabela 2), no que se refere à distribuição do número de matrículas por categoria administrativa na rede de ensino do Distrito Federal, evidenciam que a rede pública tem suprido majoritariamente a pré-escola (56,8%), o ensino fundamental (73,1%) e o ensino médio (73,3%) ao passo que a rede particular atende majoritariamente a creche (97,4%) e o ensino superior (83,2%).

**Tabela 2** - Matrículas segundo níveis de ensino e categoria administrativa. Distrito Federal. 2016

Níveis	Pública	Particular	Total
<b>Educação Infantil (0-5 anos)</b>	<b>37.420 (40,4%)</b>	<b>55.123 (59,6%)</b>	<b>92.543</b>
- Creches (0-3 anos)	737 (2,6%)	27.261 (97,4%)	27.998
- Pré-Escolas (4-5 anos)	36.683 (56,8%)	27.862 (43,2%)	64.545
<b>Ensino Fundamental (6-14 anos)</b>	<b>282.059 (73,1%)</b>	<b>103.814 (26,9%)</b>	<b>385.873</b>
- Anos iniciais (6-10 anos)	149.635 (71,9%)	58.426 (28,1%)	208.061
- Anos finais (11-14 anos)	132.424 (74,5%)	45.388 (25,5%)	177.812
<b>Ensino Médio (15-17 anos)</b>	<b>79.374 (73,3%)</b>	<b>28.949 (26,7%)</b>	<b>108.323</b>
<b>Ensino Superior (18-24 anos)</b>	<b>28.417 (24,5%)</b>	<b>87.649 (75,5%)</b>	<b>116.066</b>

Fontes: INEP/MEC, Censo Escolar 2016, e INEP/MEC, Censo do Ensino Superior 2016.

No entanto, somente ao comparar os dados de matrículas com as estimativas populacionais nas faixas etárias correspondentes às etapas de ensino, pode-se avaliar a capacidade de atendimento da rede de ensino e quais os desafios que ainda se colocam para o alcance das metas estabelecidas pelo Plano Distrital de Educação.

Essa comparação mostra que a capacidade instalada<sup>5</sup> em 2016 (matrículas nas redes pública e privada) foi insuficiente para o atendimento, sobretudo na Educação Infantil e no Ensino Médio. A **Educação Infantil** apresentou um atendimento de 38,8% da população de zero a cinco anos em 2016. Por um lado, o atendimento na pré-escola está mais próximo da meta, com alcance de 86,3% dos 100% esperados, por outro, as matrículas em creche

<sup>5</sup> Supõe-se, neste contexto, que o atendimento realizado corresponde à capacidade instalada, não havendo ociosidade no sistema educacional. A análise refere-se ao Distrito Federal como um todo e não são detalhadas as especificidades nas regionais de ensino.

atenderam apenas 17,1% da população entre zero e três anos. Nesse caso, será necessária a criação de 70.586 vagas, o que significa aumentar a capacidade de atendimento em creches em cerca de 160%. Vale observar que o crescimento médio anual de 5% do número de vagas em creche, mínimo estabelecido pelo PDE, não garantirá o atendimento da meta de 60% em 2024.

**Tabela 3 - Número de matrículas no Distrito Federal registradas em 2016 e a projeção esperada para 2024**

Níveis	2016			2024			
	População	Alunos matriculados na rede	% população matriculada	População	Matrículas Esperadas	% de matrículas definidas no PDE	Matrículas a serem criadas
<b>Ensino Infantil</b> (0-5 anos)	<b>238.467</b>	<b>92.543</b>	<b>38,8%</b>	<b>245.436</b>	<b>179.714</b>		<b>87.171</b>
<b>Creches</b> (0-3 anos)	163.643	27.998	17,1%	164.306	98.584	60,0%	70.586
<b>Pré-Escolas</b> (4-5 anos)	74.825	64.545	86,3%	81.130	81.130	100,0%	16.585
<b>Ens. Fundamental</b> (6-14 anos)	<b>381.073</b>	<b>385.873</b>	<b>101,3%</b>	<b>349.243</b>	<b>349.243</b>	<b>100,0%</b>	-
<b>Anos iniciais</b> (6-10 anos)	198.448	208.061	104,8%	194.091	194.091	100,0%	-
<b>Anos finais</b> (11-14 anos)	182.624	177.812	97,4%	155.152	155.152	100,0%	-
<b>Ens. Médio</b> (15-17 anos)	<b>162.545</b>	<b>108.323</b>	<b>66,6%</b>	<b>152.281</b>	<b>152.281</b>	<b>100,0%</b>	<b>43.958</b>
<b>Ens. Superior*</b> (18-24 anos)	<b>319.485</b>	<b>116.066</b>	<b>36,3%</b>	<b>328.818</b>	<b>213.731</b>	<b>65,0%</b>	<b>97.665</b>

Fonte: Dados do INEP/MEC, Censo Escolar, 2016. INEP/MEC, Censo do Ensino Superior, 2016. IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060, (Tabela Distrito Federal)

Elaboração: DIPOS/Codeplan

(\*) não foram consideradas matrículas em turmas especiais e escolas especiais.

(\*\*) o ensino superior considerou matrículas no total em cursos de graduação - presenciais e a distância das Universidades, Centros Universitários, Faculdades e IF/CEFET.

O **Ensino Fundamental** é o nível com maior capacidade de atendimento, com praticamente 100% da população na faixa etária de seis a 14 anos atendida em 2016, ou seja, a meta estabelecida para 2024 já teria sido alcançada. Os dados do Censo Escolar mostram que a rede tem atendido além da demanda da população residente no Distrito Federal, sobretudo nos anos finais, em geral alunos residentes em municípios da Periferia Metropolitana de Brasília.

Os dados relativos ao **Ensino Médio** demonstram que o esforço governamental ainda deverá ser empreendido para o atendimento da população com idades entre 15 e 17 anos. Em 2016, o atendimento correspondeu a 66,6% da população nesta faixa etária. O PDE prevê que 100% da população entre 15 e 17 anos seja atendida em 2024, ou seja, será necessário o aumento de 33,4% no número de vagas (equivalente a 43.958 vagas) para que esta meta seja alcançada.

No **Ensino Superior**, a taxa bruta de matrícula foi de 36,3% de acordo com dados do Censo do Ensino Superior 2016, ou seja, menos da metade dos jovens de 18 a 24 anos frequentavam esse nível de ensino, nas modalidades presencial e à distância matriculados nas redes pública e particular. A meta 12 do Plano Distrital de Educação *prevê elevar a taxa bruta de matrícula da Educação Superior no DF para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano*. Mesmo com a diversidade de oferta, contemplando alunos das modalidades presencial e à distância matriculados nas redes pública e particular, os dados de matrícula indicam que a meta ainda está longe de ser

alcançada. Há uma demanda por de criação de 97.665 vagas no ensino superior até 2024. A rede pública tem atendido de 24,5% das matrículas do DF enquanto que o ensino superior na rede particular abarca 75,5% das matrículas (Tabela 2).

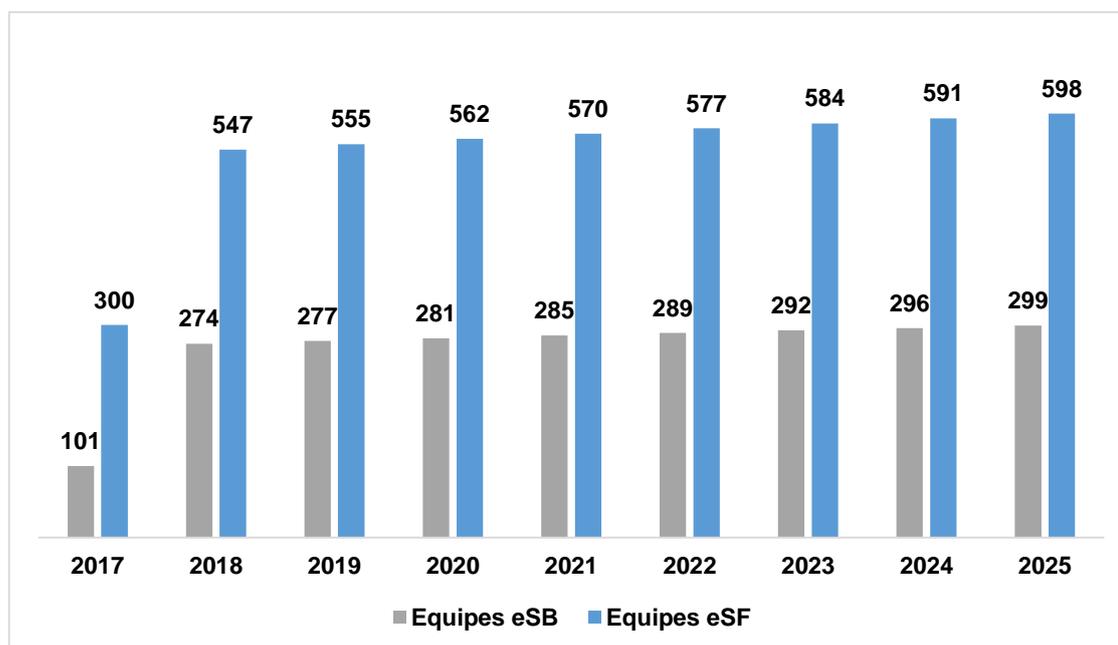
### 2.2.3. Cenário de Saúde - 2018 a 2025

Com o intuito de ampliar o atendimento à população do Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal adotou uma nova política de Atenção Primária da Saúde (APS), conforme a Portaria nº 77, de 14 de fevereiro de 2017. Conhecida como “Converte APS”, a nova organização da APS do Distrito Federal foi orientada pela Estratégia Saúde da Família que se baseia em equipes multiprofissionais, que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e se responsabilizam por uma população de uma área geográfica delimitada, proporcionando atenção integral com fortalecimento do vínculo, foco no indivíduo e alta resolutividade (FIGUEREDO, 2010). A reestruturação da APS é importante, pois ela é a porta de entrada do SUS e o principal agente de promoção e prevenção da saúde que, quando bem organizado, diminui o fluxo de pacientes para a média e alta complexidade.

Baseando-se na nova organização da APS no Distrito Federal, foram estimados os recursos necessários para atender a Estratégia Saúde da Família no Distrito Federal entre os anos de 2018 e 2025. Para isso, considerou-se a meta do Converte APS de atingir 70% de cobertura dessa estratégia em 2018. Faz-se necessário destacar, porém, que: (i) a base populacional utilizada é a indicada pelas Projeções do IBGE em 2018 e (ii) uma equipe de saúde da família cobre cerca de 3.750 pessoas conforme o normatizado pela Portaria nº 77/SES/2017.

A partir das informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) de dezembro de 2017, verificou-se que o Distrito Federal contava com 300 Equipes de Saúde da Família (Esf) e 101 Equipes de Saúde Bucal (Esb), representando uma cobertura de, respectivamente, 39% e 13% da população do Distrito Federal. Dessa maneira, é necessária a criação de 298 eSF e 198 eSB para atingir 70% de cobertura da Estratégia Saúde da Família no Distrito Federal no período de 2018 a 2025 (Gráfico 3).

**Gráfico 3** - Evolução do número de equipes saúde da família e saúde bucal - Distrito Federal, 2017 - 2025

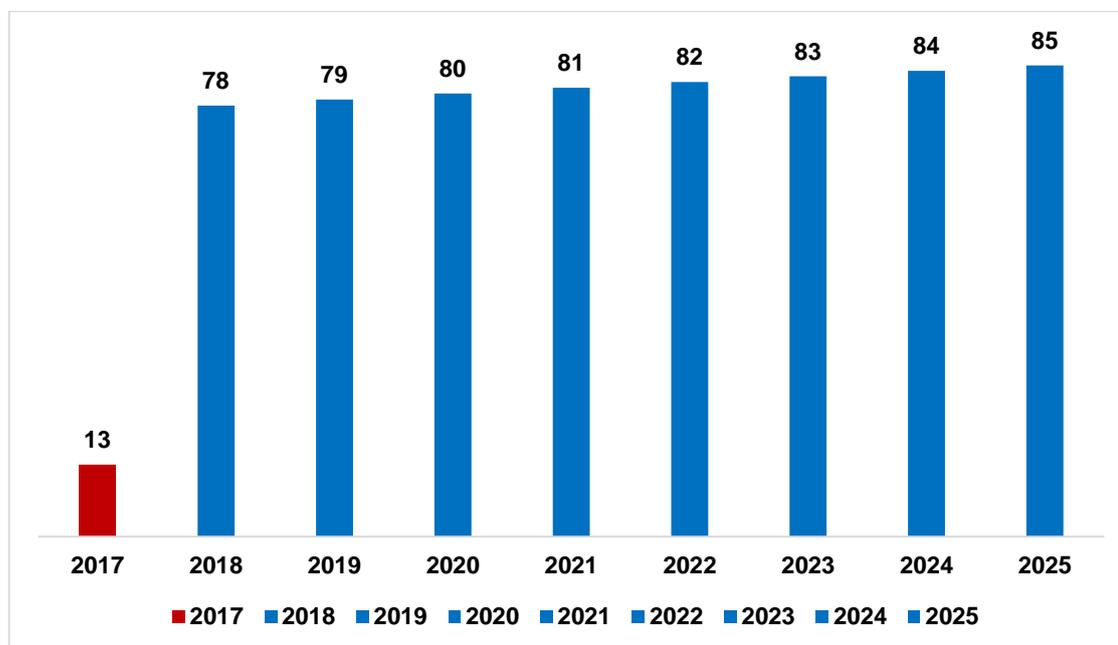


Fonte: Dados do Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES)

Elaboração: DIPOS/Codeplan

No CNES de dezembro de 2017, foram identificados 13 Núcleos de apoio à saúde da família (Nasf) no Distrito Federal. Com a hipótese de que cada Nasf apoiará o trabalho de sete eSF, serão necessárias a criação de 72 desses núcleos no DF entre 2018 a 2025 para uma cobertura da Estratégia da Saúde da Família de 70% (Gráfico 4).<sup>6</sup> Além disso, também foi verificada a quantidade de profissionais da saúde necessários para compor as equipes eSF e eSB conforme as composições determinadas pela Portaria nº 77/SES/2017.<sup>7</sup> Nesse caso, são necessários, em média, 2.292 médicos, dentistas, enfermeiros e técnicos (enfermagem e saúde bucal) e de 2.866 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no período de 2018 a 2025 para uma cobertura de 70% da Estratégia Saúde da Família (Gráfico 5). Por fim, também foi calculada a quantidade de horas de trabalho necessárias para as equipes eSF (excluindo os ACS) e eSB conforme a no 77/SES/2017. Como mostram os Gráficos 6 e 7, os totais de horas de trabalho necessárias por tipo de profissional das equipes eSF e eSB seriam, em média, de 22,9 mil horas e 11,5 mil horas, respectivamente, para o período analisado.

**Gráfico 4** - Evolução do número de núcleos de apoio às equipes de saúde da família - Distrito Federal, 2017 - 2025

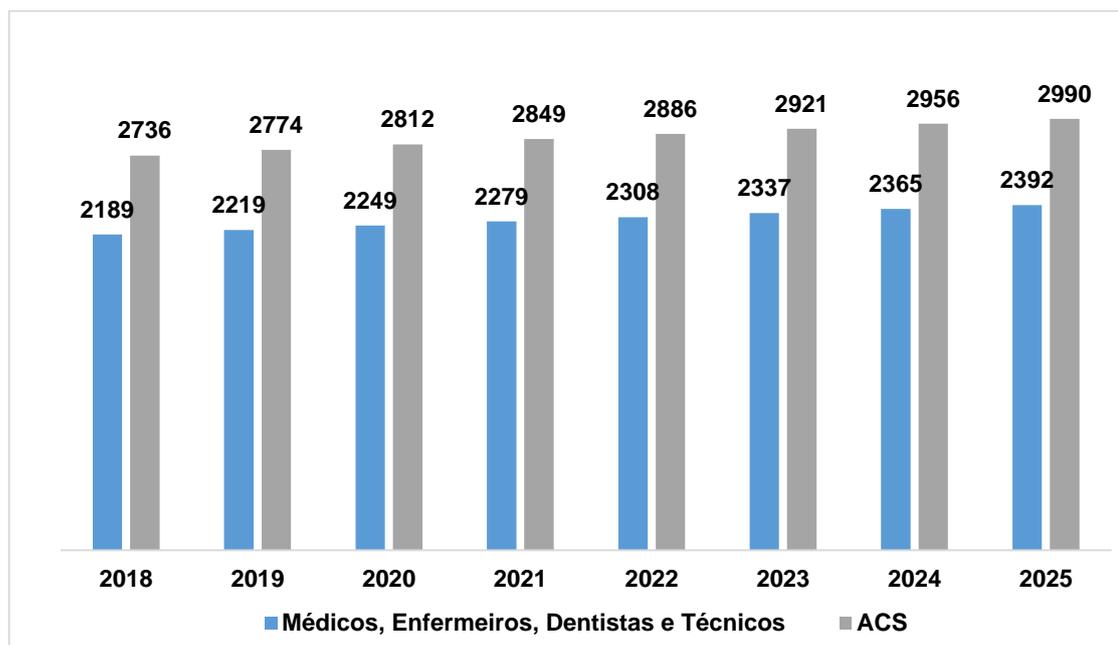


Fonte: Dados do Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES)  
Elaboração: DIPOS/Codeplan

<sup>6</sup> A Portaria nº 489, de 24 de maio de 2018, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal indica a existência de um Nasf para cada cinco a nove eSF.

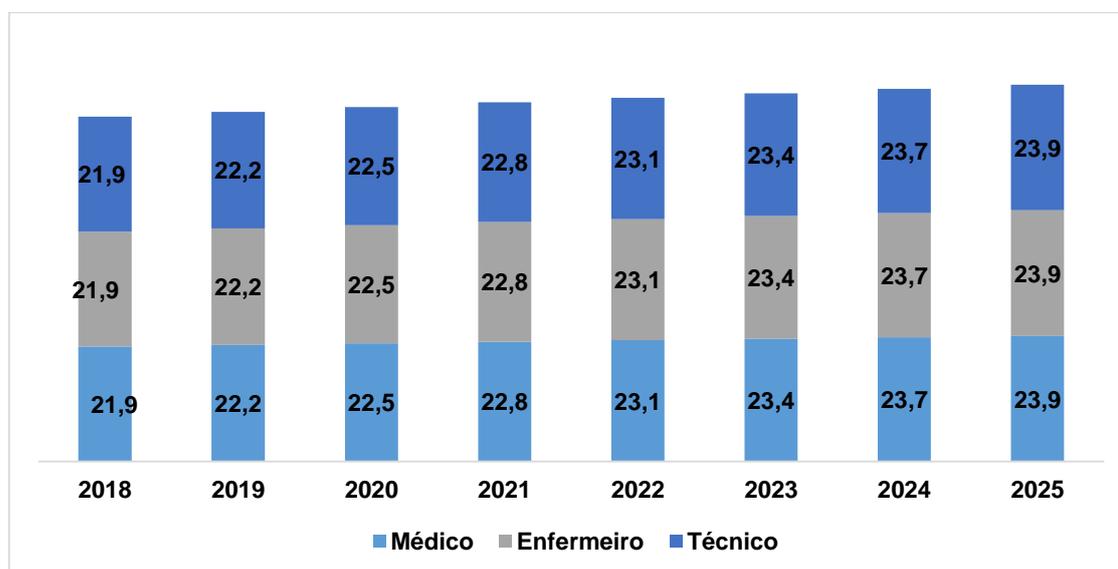
<sup>7</sup> Considerou-se a composição da eSF com cinco ACS, seguindo a proporção de um ACS para cada 750 pessoas, no caso de territórios vulneráveis, conforme a nova Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.436/MS/2017).

**Gráfico 5** - Evolução do número de profissionais de saúde - Distrito Federal, 2018 - 2025



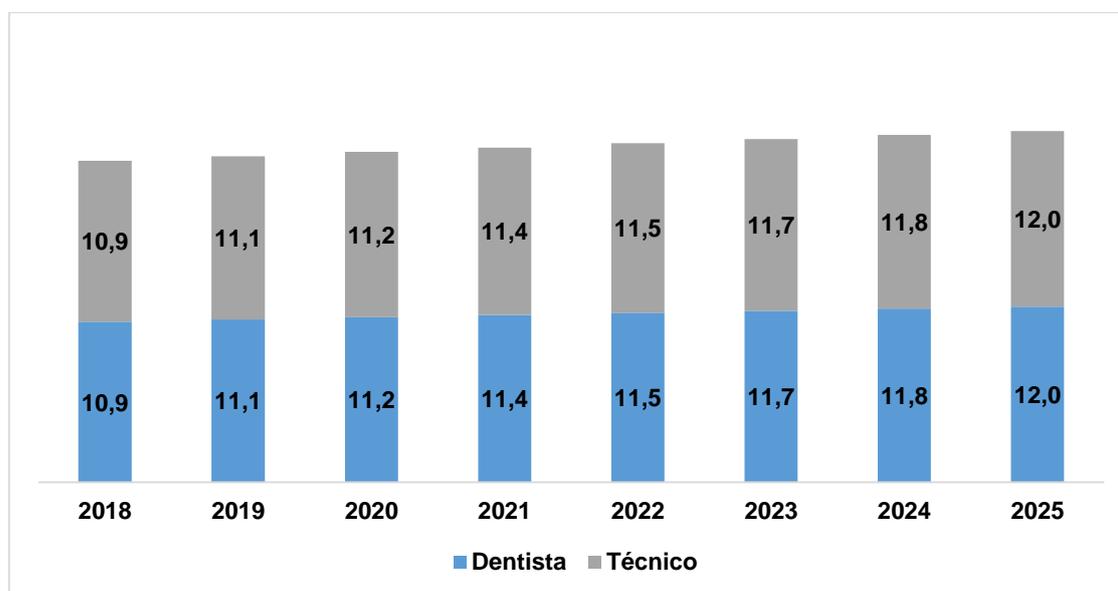
Fonte: Dados do Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES)  
Elaboração: DIPOS/Codeplan

**Gráfico 6** - Evolução do total de horas de trabalho necessárias por tipo de profissional de saúde da equipe saúde da família (em milhares) - Distrito Federal, 2018 - 2025



Fonte: Dados do Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES)  
Elaboração: DIPOS/Codeplan

**Gráfico 7** - Evolução do total de horas de trabalho necessárias por tipo de profissional de saúde da equipe saúde bucal (em milhares) - Distrito Federal, 2018 - 2025



Fonte: Dados do Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES)  
Elaboração: DIPOS/Codeplan

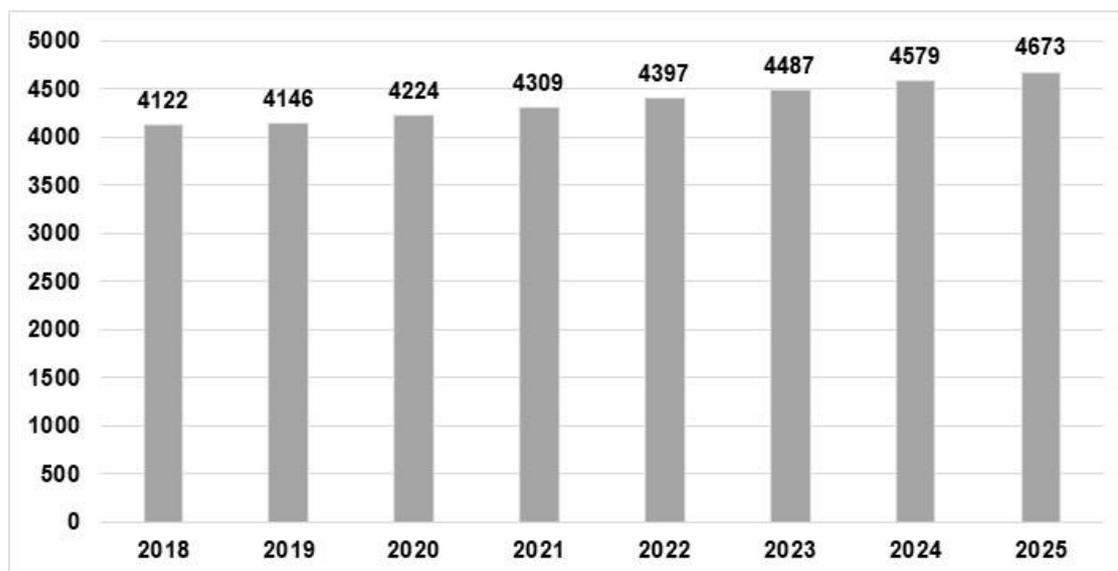
Um dos principais desafios do envelhecimento populacional do Distrito Federal é o aumento de demanda dos serviços de saúde, principalmente, no que tange à média e à alta complexidade. Dessa maneira, também foi projetada a capacidade necessária de leitos gerais do sistema público de saúde do Distrito Federal para o período de 2018 a 2025. Para isso, foram usados: (i) os parâmetros de cálculo de recursos para assistência hospitalar que estão na Portaria nº1631/2015 do Ministério da Saúde; (ii) a parcela da população dependente do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal, segundo as estimativas de cobertura de planos de saúde fornecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e (iii) o total de leitos das especialidades referentes à neonatologia, pediatria, obstetrícia, clínica, cirúrgica e psiquiátrica. Além disso, assumiu-se que a população seria o único fator variável durante o período assinalado. Essa seria uma hipótese conservadora diante da nova organização da APS no DF que promete aumento da resolutividade no sistema público de saúde, influenciando os parâmetros utilizados nessa estimação, bem como outros fatores econômicos e sociais impactariam na parcela da população que teria acesso a plano de saúde.

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e da Secretaria de Saúde (SEDF), havia 4.047 leitos hospitalares habilitados do SUS no Distrito Federal em dezembro de 2017, sem incluir os leitos complementares.<sup>8</sup> Como mostra o Gráfico 8, esse número quase se iguala à capacidade necessária de leitos projetada para 2018 e ainda é próximo às projeções para o ano de 2019. Todavia, quando comparadas às quantidades de leitos hospitalares em 2017 e às projeções de leitos por especialidades (Tabela 4), nota-se que há espaço para uma redistribuição desses recursos. Isso é explicado pelo fato de que algumas especialidades – como é o caso da obstetrícia, cirurgia e psiquiatria – apresentarem quantidades de leitos superiores à metodologia recomendada pelo Ministério da Saúde para o caso do Distrito Federal. Entretanto as especialidades de neonatologia, clínica e pediatria demandam um maior número de leitos, sejam esses originados pela realocação de leitos já existentes sejam pela criação de postos.

<sup>8</sup> Dados retirados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES), do Ministério da Saúde disponíveis pelo Datasus e pela Diplan/Suplans/SES.

Quando analisada a capacidade necessária de leitos por grupos etários entre 2018 e 2025 (Gráfico 9), observou-se uma forte tendência de crescimento de leitos hospitalares para os idosos (60 ou mais) e de um aumento tímido dos leitos para os adultos. Todavia houve redução na quantidade necessária de leitos hospitalares para o grupo etário mais jovem, da população com idade menor de 15 anos de idade. Esse cenário reforça as mudanças na estrutura etária esperada para o Distrito Federal: diminuição do volume de população dos grupos mais jovens, seguido de um avanço do envelhecimento, com maior população idosa.

**Gráfico 8** - Evolução da capacidade necessária de leitos gerais na atenção hospitalar - Distrito Federal, 2018 - 2025



Fonte: Dados da Portaria nº 1631/2015/MS  
Elaboração: DIPOS/Codeplan

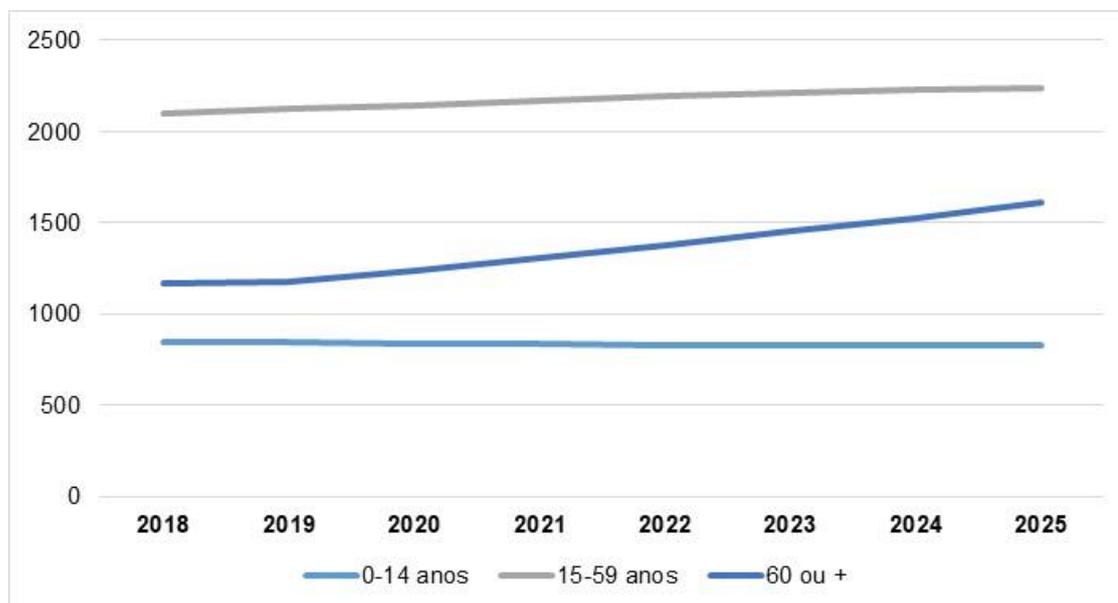
**Tabela 4** - Quantidade de leitos existente e evolução da capacidade necessária de leitos gerais na atenção hospitalar por especialidade - Distrito Federal, 2017 - 2025<sup>9</sup>

Especialidade	Capacidade Existente	Capacidade Projetada							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Neonatologia	71	147	147	145	145	145	145	145	145
Pediátrico	516	702	698	693	689	684	681	680	680
Obstétrico	605	350	350	346	346	346	346	346	346
Clínicos	1.282	1.937	1.997	2.059	2.121	2.186	2.250	2.316	2.381
Cirúrgicos	1453	919	945	971	998	1.026	1.053	1.081	1.108
Psiquiátrico	120	66	67	69	70	71	72	73	74
<b>Total</b>	<b>4.047</b>	<b>4.122</b>	<b>4.205</b>	<b>4.283</b>	<b>4.369</b>	<b>4.458</b>	<b>4.548</b>	<b>4.641</b>	<b>4.735</b>

Fonte: Dados do CNES, Ministério da Saúde, e da Portaria nº 1631/2015/MS  
Elaboração: DIPOS/Codeplan

<sup>9</sup> Os valores de 2017 foram retirados do CNES (dez/2017) e fornecidos pela Diplan/Suplans/SES/DF.

**Gráfico 9** - Evolução da capacidade necessária de leitos gerais na atenção hospitalar por grupo etário<sup>10</sup> - Distrito Federal, 2018 - 2025



Fonte: Dados da Portaria nº 1631/2015/MS  
Elaboração: DIPOS/Codeplan

### 2.3. Resumo

Duas tendências devem marcar a dinâmica demográfica futura do Distrito Federal: a redução do ritmo de crescimento da população e o envelhecimento de sua estrutura etária. Essas transformações terão impactos importantes nas áreas de educação e saúde. Na presente análise, consideraram-se, principalmente, os aspectos quantitativos para o alcance de algumas metas previstas nessas duas áreas.

Na área da educação, buscou-se avaliar a demanda futura em termos de número de matrículas na educação básica, cujas metas foram estabelecidas pelo Plano Distrito de Educação (PDE), em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) até 2024.

Ao comparar a população projetada para as faixas etárias correspondentes às etapas de ensino da educação básica, verifica-se que será necessário ampliar, sobretudo, o atendimento da creche na educação infantil e do ensino médio.

Quanto à área da saúde, a reorganização dos serviços de atenção à saúde com a política de fortalecimento da Atenção Básica exigirá um esforço para prover os recursos humanos necessários para a cobertura de 70% da população do Distrito Federal pela Estratégia Saúde da Família. Além disso, ao considerar somente as mudanças na estrutura etária da população, observa-se o aumento da demanda de atenção à população idosa por serviços de média e alta complexidades, como demonstrado pela evolução da quantidade de leitos gerais necessários.

<sup>10</sup> Os leitos de psiquiatria foram contabilizados proporcionalmente ao tamanho dos adultos e idosos na população geral projetada.

## 2.4. Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 1.631/GM, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015. **Propõe critérios e parâmetros para o Planejamento e Programação de Ações e Serviços de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Diário Oficial da União, 2 out. 2015.

\_\_\_\_\_. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. **Estabelece a revisão de diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS),** 22 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Secretaria de Educação das unidades de Federação. **Censo Escolar 2016.** Brasília: Inep, 2017.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

Acesso em: 22 set. 2017.

DISTRITO FEDERAL. PORTARIA Nº 77/2017, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017. **Estabelece a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal.** Diário Oficial do Distrito Federal, 15 fev. 2017.

FIGUEIREDO, E.N. de. Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família: diretrizes e fundamentos. Módulo Político Gestor; 2010.

Disponível em: [http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/1/modulo\\_politico\\_gestor/Unidade\\_5.pdf](http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_5.pdf).

IBGE, Projeções da População do Brasil e unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060. Rio de Janeiro, 2018.

SIMÕES, C. C. S. (2014). Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 141p.

VASCONCELOS, A. e M. GOMES. (2012). Transição demográfica: a experiência brasileira, Epidemiologia e Serviços de Saúde. V. 21, n 4.

## 2.5. Anexo Metodológico

### 2.5.1. Perspectivas Demográficas - 2015-2025

#### ***Projeção da População***

Foi utilizada a projeção populacional do IBGE para Unidades da Federação.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>.

#### ***Taxa de Crescimento***

Para a taxa de crescimento média anual da população, utilizou-se o modelo de crescimento geométrico, dado pela expressão  $P_t = P_0(1+r)^t$ , na qual  $r$  é a taxa de crescimento,  $P_t$  é a população no momento  $t$  e  $P_0$  é a população no momento inicial.

### **Razão de Dependência Total**

Razão entre a população dos grupos etários considerados dependentes (menor que 15 e 60 ou mais de idade) e a população em idade potencialmente ativa (15 a 59 anos).

$$RD = \frac{\text{População menor de 15 anos e maior de 60 anos}}{\text{População entre 15 e 59 anos}} \times 100$$

### **Razão de Dependência Juvenil**

$$RD_{\text{Juvenil}} = \frac{\text{População menor de 15 anos}}{\text{População entre 15 e 59 anos}} \times 100$$

### **Razão de Dependência Idosos**

$$RD_{\text{Idosos}} = \frac{\text{População maior de 60 anos}}{\text{População entre 15 e 59 anos}} \times 100$$

### **Índice de Envelhecimento**

Razão entre a população com 60 anos e mais e a população menor que 15 anos

$$\text{Índice de envelhecimento} = \frac{\text{População maior de 60 anos}}{\text{População menor de 15 anos}} \times 100$$

### **Taxa de Fecundidade Total (TFT)**

Número médio de filhos que uma mulher espera ter ao final de seu período reprodutivo.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade (TEF) para as mulheres residentes de 15 a 49 anos de idade.

$$TEF = \frac{\text{Número de nascidos vivos em um período por faixa etária da mãe}}{\text{População Feminina da mesma faixa etária}}$$

### **Esperança de vida ao nascer**

Número médio de anos vividos a partir do nascimento, obtido a partir das Tábuas de Vida elaboradas pelo IBGE.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9125-tabuas-abreviadas-de-mortalidade.html?=&t=resultadosCom>

## 2.5.2. Cenários Educacionais - 2015-2025

Os números de matrículas esperadas segundo etapa de ensino em 2024 foram obtidos a partir das metas estabelecidas no Plano Distrital de Educação (PDE) - 2015-2024 aplicadas às projeções populacionais por idade simples, calculadas pela Codeplan com base nas projeções publicadas pelo IBGE. Para a obtenção das estimativas por idades simples (zero a 19 anos), utilizaram-se os multiplicadores de Sprague.

Os dados do censo escolar podem ser encontrados em:

[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/microdados-do-censo-escolar-2016-ja-podem-ser-consultados/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/microdados-do-censo-escolar-2016-ja-podem-ser-consultados/21206)

O PDE pode ser encontrado em:

[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde\\_15\\_24.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/pde_15_24.pdf)

Metas:

- Creches - 60% das crianças de zero a três anos matriculadas
- Pré-escola - 100% das crianças de quatro a cinco anos matriculadas
- Ensino Fundamental - 100% das crianças e adolescentes de seis a 14 anos matriculados
- Ensino Médio - 100% dos jovens de 15 a 17 anos matriculados
- Ensino Superior - 65% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados

## 2.5.3. Cenários da Saúde - 2018-2025

Para os cálculos do número de equipes da Estratégia Saúde da Família (equipes de saúde da família e equipes de saúde bucal), foram considerados a base populacional dada pelas projeções do IBGE em 2018 e a normatização da Portaria nº 77/ SES/2017, a qual estabelece que uma equipe de saúde da família cobre cerca de 3.750 pessoas.

A portaria está disponível em:

[http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Portaria-SES\\_DF-n%C2%BA-77-2017-Esstablece-a-Pol%C3%ADtica-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Prim%C3%A1ria-%C3%A0-Sa%C3%BAde-do-Distrito-Federal.pdf](http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Portaria-SES_DF-n%C2%BA-77-2017-Esstablece-a-Pol%C3%ADtica-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Prim%C3%A1ria-%C3%A0-Sa%C3%BAde-do-Distrito-Federal.pdf)

Para os cálculos do número de leitos necessários foi foram usados: (i) os parâmetros de cálculo de recursos para assistência hospitalar que estão na Portaria nº 1631/2015 do Ministério da Saúde; (ii) a parcela da população dependente do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal, segundo as estimativas de cobertura de planos de saúde fornecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e (iii) o total de leitos das especialidades referentes à neonatologia, pediatria, obstetrícia, clínica, cirúrgica e psiquiátrica. Além disso, assumiu-se que a população seria o único fator variável durante o período assinalado.

A Portaria nº 1631/2015 está disponível em:

[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1631\\_01\\_10\\_2015.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1631_01_10_2015.html)

### 3. PANORAMA HABITACIONAL PROSPECTIVO PARA O DISTRITO FEDERAL - 2020/2025<sup>11</sup>

#### 3.1. Resumo Executivo

As projeções das necessidades habitacionais apresentadas neste documento foram definidas com base no **Déficit Habitacional Urbano**, calculado pela metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP), adaptada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica (Ipea) em 2013.

O Déficit Habitacional indica a necessidade de novas moradias em função da sua precariedade e das inadequações das condições atuais de moradia. O indicador é composto por quatro componentes, segundo a fórmula a seguir:

$$\text{Déficit Habitacional Urbano} = \text{Habitações precárias (C1)} + \text{Famílias em Coabitação (C2)} + \text{Famílias em ônus excessivo com aluguel (C3)} + \text{Domicílios alugados com adensamento excessivo (C4)}$$

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), elaborada pela Codeplan, estimou o total de 886.395 domicílios urbanos em 2015 e uma população urbana de 2.906.574 habitantes para o Distrito Federal, o que resulta em uma média de 3,28 habitantes por domicílio.

A revisão das projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) da Codeplan, estimou uma população de 2.850.000 habitantes em 2015, 3.050.000 em 2020 e 3.240.000 em 2025. As taxas de crescimento foram decrescentes: de 1,39% ao ano entre 2015 e 2020 e de 1,20% ao ano, entre 2020 e 2025.

Considerando a revisão das projeções populacionais da DIPOS para 2015 (2.850.000 habitantes) e admitindo-se o mesmo número de domicílios urbanos levantados pela PDAD 2015, recalculou-se o número médio de moradores por domicílio urbano em 3,21 pessoas, resultando em uma redução de 6,0% entre 2010 (3,41) e 2015 (3,21).

Levando-se em conta a queda da fecundidade e o aumento da renda familiar, projetou-se, com base em uma tendência linear, redução de 6,0% no número médio de moradores por domicílio a cada cinco anos. Os resultados apontam a relação de 3,02 moradores por domicílio em 2020 e 2,84 em 2025.

Nos anos de 2011 a 2015, de acordo com as projeções da Fundação João Pinheiro, calculadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, o Déficit Habitacional no DF oscilou entre 12,4% e 14,1% do total de domicílios, resultando em um déficit habitacional médio no Distrito Federal de 13,26% do total de domicílios urbanos.

<sup>11</sup> Documento elaborado por Sergio Jatobá, Gerente de Estudos Urbanos (GEURB/DEURA/Codeplan) com colaboração da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS/Codeplan) - Ana Maria Nogales Vasconcelos.

Com base nos dados apresentados anteriormente, projetou-se o Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal para os anos de 2020 e 2025 para dois cenários:

**Cenário 1)** a manutenção do número médio de 3,21 moradores por domicílio estimados para 2015 em 2020 e 2025;

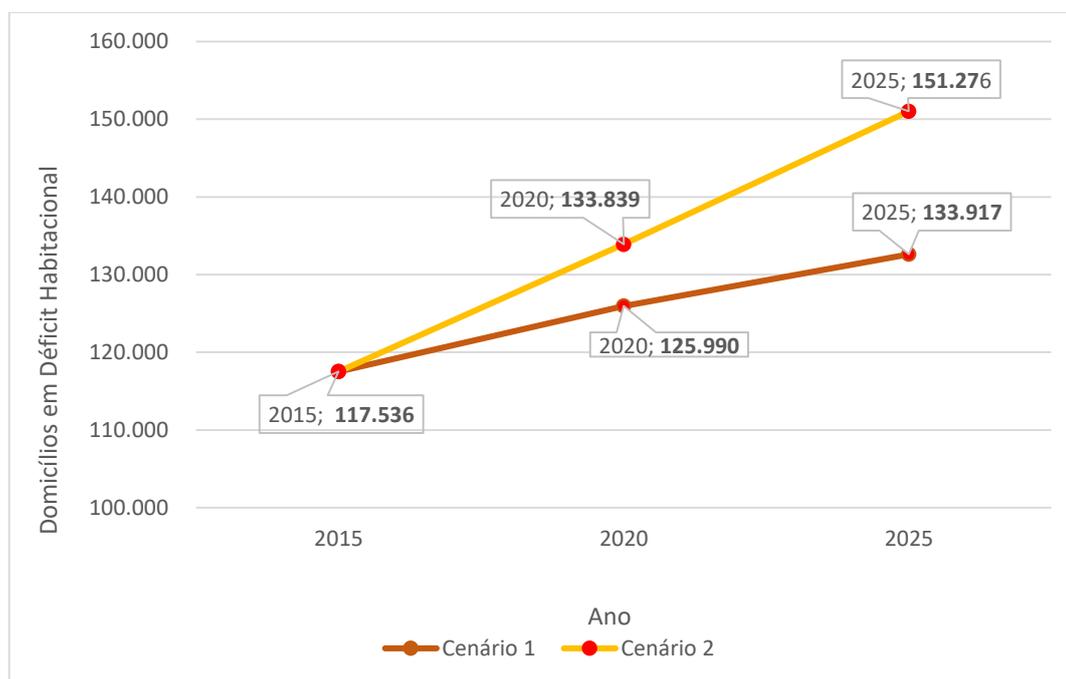
**Cenário 2)** a redução progressiva do número médio de moradores por domicílio em 2020 (3,02) e 2025 (2,84).

**Tabela 1** - Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF - Cenário 1 e 2

Cenários	Ano	Pop. Estimada	Total de domicílios urbanos	Nº médio de moradores por domicílio	Déficit Habitacional Estimado (%)	Domicílios em Déficit Habitacional
Cenário Base	2015	2.850.000	886.395	3,21	13,26%	117.536
Cenário 1	2020	3.050.000	950.155	3,21	13,26%	125.990
	2025	3.240.000	1.009.000	3,21	13,26%	133.839
Cenário 2	2020	3.050.000	1.009.933	3,02	13,26%	133.917
	2025	3.240.000	1.140.845	2,84	13,26%	151.276

Fonte: O Autor

**Gráfico 1** - Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF - Cenário 1 e 2



Fonte: O Autor

### Conclusões:

As projeções para o Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal ficariam situadas nos seguintes intervalos:

**2020:** entre **125.990** e **133.839** domicílios

**2025:** entre **133.917** e **151.276** domicílios

**Tabela 2** - Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF - Intervalos

Ano	Pop. Estimada	Domicílios em Déficit Habitacional Cenário 1	Domicílios em Déficit Habitacional Cenário 2
2015	2.830.000	117.536	117.536
2020	3.050.000	125.990	133.917
2025	3.240.000	133.839	151.276

Fonte: O Autor

A **Coabitação Familiar** e o **Ônus Excessivo com Aluguel** são os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal. No período 2011 a 2015, houve redução do número absoluto de domicílios com Coabitação Familiar e crescimento do número absoluto de domicílios com Ônus Excessivo com Aluguel.

Mantendo-se essa tendência para os anos de 2020 e 2025, estima-se que a Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel continuem sendo os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal.

A maior parte do déficit habitacional concentra-se nos grupos de **Regiões Administrativas com menor renda**, correspondendo ao Grupo 4/baixa renda, segundo classificação da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA - Estrutural e Varjão) e ao Grupo 3/média-baixa renda (Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião).

A tendência de **queda progressiva da fecundidade** e a **formação tardia de famílias**, juntamente com o **envelhecimento da população** resultará na redução de domicílios chefiados por responsáveis jovens, o que poderá contribuir para a **redução do déficit no futuro**.

A seguir, apresenta-se de forma detalhada a conceituação e componentes do Déficit Habitacional Urbano, a metodologia de cálculo, os resultados e as projeções do Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal para os anos de 2020 e 2025.

### 3.2. Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal

**Definição:** indica a necessidade de novas moradias em função da sua precariedade e das inadequações das condições atuais de moradia.

**Fonte metodológica:** FURTADO, B.; LIMA NETO, V.; KRAUSE, C. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). Brasília: Ipea, 2013. (Nota Técnica, nº 1). Adaptação da metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP).

#### 3.2.1. Metodologia de cálculo do Déficit Habitacional

A principal metodologia utilizada para o cálculo do déficit habitacional hoje no Brasil é a desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP). Essa metodologia estima o déficit habitacional a partir dos seus quatro componentes, de acordo com a fórmula de cálculo.

**Forma de Cálculo:** *Déficit Habitacional Urbano = Habitações precárias (C1) + Famílias em Coabitação (C2) + Famílias em ônus excessivo com aluguel (C3) + Domicílios alugados com adensamento excessivo (C4)*

**Habitações precárias** é dado pela soma de dois subcomponentes: a) **Domicílios Rústicos:** são aqueles particulares permanentes, em zona urbana, construídos com taipa não revestida, madeira aproveitada, palha ou outro material que não alvenaria ou madeira aparelhada e b) **Domicílios Improvisados:** são aqueles, em zona urbana, sem fins residenciais (imóveis comerciais, embaixo de pontes, cavernas, etc).

**Famílias em coabitação** é dado pela soma de dois subcomponentes: a) **Famílias Conviventes:** são aquelas famílias secundárias conviventes que possuem intenção de constituir outro domicílio exclusivo e b) **Famílias Residentes em Cômodos:** são aquelas famílias residentes em cômodos, que são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco, entre outros.

**Famílias em ônus excessivo com aluguel** é dado pelo número de famílias com renda familiar de até três salários mínimos que moram em domicílios urbanos duráveis e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel.

**Domicílios alugados com adensamento excessivo** é dado pelo número de domicílios particulares permanentes, em zona urbana, alugados com número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório.

### 3.2.2. Cálculo do Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal pela FJP com base na PNAD

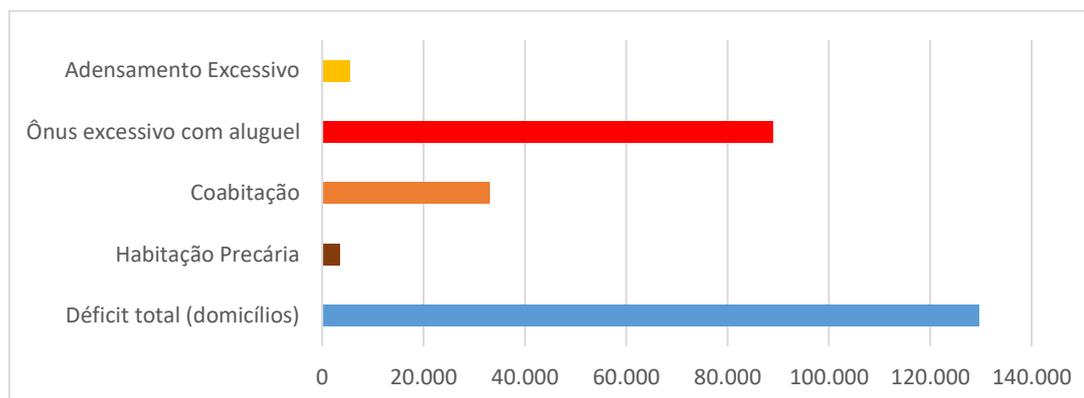
A Fundação João Pinheiro (FJP), utilizando-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), calculou o déficit habitacional total do Distrito Federal para os anos de 2001 a 2015, conforme a Tabela 3.

**Tabela 3** - Déficit Habitacional no Distrito Federal, calculado pela FJP

Déficit Habitacional no DF (2011-2015)						
Ano	Domicílios		Componentes			
	Déficit total (domicílios)	%	Habitação Precária	Coabitação	Ônus excessivo com aluguel	Adensamento Excessivo
2011	118.069	13,9	2.761	53.978	53.359	7.971
2012	118.683	14,1	11.700	38.581	63.752	4.677
2013	109.195	12,4	2.692	29.624	70.600	6.279
2014	114.996	12,5	7.015	25.917	73.496	8.538
2015	129.630	13,4	3.572	32.973	88.929	5.518

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) 2011-2012; 2013-2014; 2015  
Elaboração: Segeth/ACT - Segeth/Codeplan, 2018

**Gráfico 2** - Componentes do Déficit Habitacional no DF - 2015



Fonte: O Autor

### 3.2.3. Projeções do Déficit Habitacional Urbano no DF para os anos de 2020 e 2025

#### 3.2.3.1. Dados de base e considerações iniciais

O Censo do IBGE 2010 estimou um total de 774.037<sup>12</sup> domicílios no DF, sendo 752.805 domicílios urbanos, e uma população total de 2.570.160 habitantes, o que resulta em uma média de 3,41 habitantes por domicílio.

A PDAD estimou 2.906.574 habitantes e 886.395 domicílios em 2015, com base em levantamento cadastral, resultando em um número médio de moradores por domicílio urbano de 3,28 pessoas.

A revisão das projeções populacionais do IBGE, realizada pela DIPOS, estimou uma população de 2.850.000 habitantes em 2015, 3.050.000 em 2020 e 3.240.000 em 2025. As taxas de crescimento foram decrescentes: de 1,39% ao ano entre 2015 e 2020 e de 1,20% ao ano, entre 2020 e 2025.

Considerando a revisão populacional de 2.830.000 habitantes em 2015 e o total de 886.395 domicílios levantados pela PDAD, recalculou-se o número médio de moradores por domicílio urbano em 3,21 pessoas, resultando em uma redução de 6,0% entre 2010 (3,41) e 2015 (3,21).

Nos anos de 2011 a 2015, de acordo com as projeções da Fundação João Pinheiro, calculadas com base na PNAD, o Déficit Habitacional no DF oscilou entre 12,4% e 14,1% do total de domicílios, resultando em um déficit habitacional médio no DF de 13,26% do total de domicílios urbanos.

As componentes com maior participação foram a **Coabitação Familiar** e o **Ônus Excessivo com Aluguel**, sendo que no período de 2001 a 2015 houve redução do número absoluto de domicílios com Coabitação Familiar e crescimento do número absoluto de domicílios com Ônus Excessivo com Aluguel (Gráfico 2).

A revisão das projeções populacionais do IBGE, realizada pela DIPOS (2018), aponta ainda uma importante mudança na estrutura etária da população do DF, com “expressiva redução da participação da população mais jovem (menor que 15 anos) e um aumento

<sup>12</sup> O número total de domicílios para o DF no Censo 2010 foi de 774.037. Para o cálculo do déficit habitacional foram excluídos os domicílios rurais, obtendo-se **752.805 domicílios urbanos**.  
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br>.

importante da participação da população idosa. A população com menos de 15 anos de idade, que correspondia a 24,7% da população do Distrito Federal em 2000, terá esse percentual reduzido a menos de 18,4% em 2025. Em contrapartida, a população idosa passará de 7,6% da população total, em 2000, para 13,8% em 2025” (Ver Gráfico 2 - População por sexo e idade. Distrito Federal. 2000-2025 na seção 2.2. Cenários Demográficos, Educacionais e de Saúde, pág. 6).

E conclui que: “Os ritmos de crescimento diferenciados por segmento etário deixam claro que a população do Distrito Federal envelhece rapidamente: enquanto a população com menos de 15 anos de idade apresenta taxas de crescimento médias anuais negativas a partir de 2010 (ou seja, essa população decrescerá), a população com 60 anos ou mais de idade cresce muito rapidamente, com taxas superiores a 5% ao ano em todo o período”. (CODEPLAN, 2018).

### 3.2.3.2. Considerando os dados

As estimativas populacionais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) para os anos de 2015, 2020 e 2025: 2.850.000 hab. em 2015 (revisão da estimativa do IBGE); 3.050.000 hab. em 2020 (taxa de crescimento: 1,39% a.a.) e 3.240.000 hab. em 2025 (taxa de crescimento: 1,20% a.a.);

O número total de domicílios urbanos levantados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2015: 886.395;

O déficit habitacional médio no Distrito Federal, estimado pela FJP entre os anos de 2011 a 2015 de 13,26% e projetando-se este mesmo percentual para os anos de 2010 e 2025;

Projetou-se o **Déficit Habitacional Urbano no DF para os anos de 2020 e 2025**, segundo a seguinte metodologia de cálculo.

### 3.2.3.3. Metodologia de cálculo

Estimou-se o **número médio de moradores por domicílios** em função de dois cenários:

**Cenário 1)** a manutenção do número médio de 3,21 moradores por domicílio estimados para 2015 em 2020 e 2025; **Cenário 2)** a redução progressiva do número médio de moradores por domicílio, baseada em uma tendência linear (6,0% de redução a cada 5 anos) estimando-se a média 3,02 moradores por domicílio em 2020 e 2,84 moradores por domicílio em 2025.

Projetou-se o **total de domicílios** em 2020 e 2025 pela divisão da população estimada pelo número médio de moradores por domicílios no Cenário 1 e no Cenário 2.

Projetou-se o **percentual de domicílios em déficit** pela média do déficit habitacional calculado pela FJP de 2011 a 2015 no DF: 13,26%.

Aplicando-se o percentual médio do déficit habitacional (FJP) para o número de domicílios estimados para 2020 e 2025, projetou-se o **déficit habitacional para estes anos nos Cenários 1 e 2**, conforme Tabelas 4 e 5.

**Tabela 4** - Projeções do Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal - Cenário 1

Ano	População Estimada	Total de domicílios urbanos	Nº médio de moradores por domicílio	Déficit Habitacional Estimado (%)	Domicílios em Déficit Habitacional
2015	2.850.000	886.395	3,21	13,26%	117.536
2020	3.050.000	950.155	3,21	13,26%	125.990
2025	3.240.000	1.009.000	3,21	13,26%	133.839

Fonte: O Autor

**Tabela 5** - Projeções do Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal - Cenário 2

Ano	População Estimada	Total de domicílios urbanos	Nº médio de moradores por domicílio	Déficit Habitacional Estimado (%)	Domicílios em Déficit Habitacional
2015	2.850.000	886.395	3,19	13,26%	117.536
2020	3.050.000	1.009.933	3,02	13,26%	133.917
2025	3.240.000	1.140.845	2,84	13,26%	151.276

Fonte: O Autor

### 3.3. Conclusão

As projeções para o Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal ficariam situadas nos seguintes intervalos:

**2020:** entre **125.990** e **133.839** domicílios  
**2025:** entre **133.917** e **151.276** domicílios

**Tabela 6** - Projeções do Déficit Habitacional Urbano no Distrito Federal - Intervalos

Ano	População Estimada	Domicílios em Déficit Habitacional Cenário 1	Domicílios em Déficit Habitacional Cenário 2
2015	2.830.000	117.536	117.536
2020	3.050.000	125.990	133.917
2025	3.240.000	133.839	151.276

Fonte: O Autor

### 3.4. Considerações Prospectivas

As estimativas projetadas do déficit habitacional para os anos de 2020 e 2025 levaram em conta a manutenção do percentual de 13,26% nos próximos sete anos, o que é uma estimativa conservadora. Contudo, analisando o déficit por seus componentes e estabelecendo algumas correlações com variáveis demográficas, chega-se a algumas conclusões que podem ser mais úteis na formulação das políticas públicas de habitação:

A Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel são os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal. No cálculo feito pela Segeth, 83% do total de domicílios com déficit habitacional se concentravam nestes dois componentes. No cálculo da FJP as componentes com maior participação também são a Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel. Porém, no período 2011 a 2015, houve redução do número absoluto de domicílios com Coabitação Familiar e crescimento do número absoluto de domicílios com Ônus Excessivo com Aluguel.

Mantendo-se esta tendência para os anos de 2020 e 2025, estima-se que a Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel continuem sendo os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal. Estes dois componentes têm forte relação com o mercado de habitações. O crescimento do Ônus Excessivo com Aluguel frente à Coabitação Familiar pode indicar que a redução da renda provocada pela crise econômica dos anos recentes incide em seu maior comprometimento, mesmo em um cenário no qual os aluguéis não têm sofrido grande majoração. Por outro lado, os altos índices de desemprego nas faixas de renda mais baixas podem empurrar famílias para a Coabitação. Neste cenário, políticas públicas, como as da **Locação Social** podem ser mais efetivas do que o financiamento de habitações prontas, que geram comprometimento da renda com a prestação da casa própria e custos de serviços públicos.

### 3.5. Referências bibliográficas

CODEPLAN. Distrito Federal: **Cenários Demográficos, Educacionais e de Saúde**. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. DIPOS/Codeplan. Brasília. 2018

SEGETH/CODEPLAN. **Indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Territorial** - Relatório Geral de Resultados do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) e Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Brasília. 2018.

Disponível em: <http://www.observatorioterritorial.segeth.df.gov.br/documentos/>

## 4. CENÁRIOS PROSPECTIVOS DE MOBILIDADE URBANA NO DISTRITO FEDERAL<sup>13</sup>

### 4.1. Apresentação

O trabalho apresenta as estimativas para a demanda de passageiros por ônibus e a evolução da frota de veículos no Distrito Federal. Foram consideradas as informações e medições fornecidas pela Secretaria de Estado de Mobilidade (SEMOB-DF) e do Departamento de Trânsito do Governo do Distrito Federal (DETRAN/DF). Verifica-se que a demanda transportada por ônibus está relacionada ao crescimento econômico, emprego e oferta de transportes, assim como a influência do valor da tarifa cobrado das passagens.

A parte que aborda a frota cadastrada de veículos, que circulam no Distrito Federal, passa pela gradual motorização das famílias, acompanhada pelo aumento do poder aquisitivo da população e as facilidades/incentivos federais às montadoras de carros. Os cenários apresentados demonstram as tendências de crescimento da frota de veículos, que muda profundamente a relação dos brasilienses com o espaço urbano e o tempo de deslocamento, bem como com a estrutura e a forma das cidades.

### 4.2. Demanda de Passageiros do Serviço Básico, por Ônibus

A seguir, são apresentados levantamentos de demanda de passageiros do Serviço Básico, por ônibus, do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), especificamente aos períodos 2016, 2017 e 2018, este último até o mês de fevereiro.

Nas análises efetuadas, foram consideradas as informações e medições fornecidas pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Governo do Distrito Federal (SEMOB-DF), por meio de relatórios de demanda anuais, no âmbito do módulo de metas “Gestão DF”, do plano de Gestão da Estratégia, emitido em 05/06/2018.

Nos referidos levantamentos, verificou-se o quantitativo da demanda por viagens do transporte público, por ônibus, bem como sua evolução ao longo dos períodos apontados (Tabela 1).

Das análises efetuadas, observa-se que o número de viagens realizadas, no período, apontou uma significativa diminuição. No total, em 2016 foram contabilizadas 361.544.922 viagens, enquanto que, em 2017, foram registradas 329.091.297, portanto, ocorreu uma redução de 8,98% na demanda, entre os dois períodos.

Com relação ao ano em curso, nos meses de janeiro e fevereiro, pode-se observar uma estabilização da demanda por viagens (Gráfico 1), nos mesmos patamares verificados nos meses correspondentes, em 2017.

Segundo área técnica da SEMOB, essa queda acentuada deveu-se ao momento de crise que o país atravessa com o desaquecimento da atividade econômica e consequente aumento do nível de desemprego, com seus reflexos do Distrito Federal.

---

<sup>13</sup> Documento elaborado por Carlos Chagastelis Martins Leal e Umberto Rafael de Menezes Filho, da Gerência de Estudos Ambientais (GEAM/DEURA/Codeplan).

As mais recentes projeções apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro da ordem de 2,17% (Fonte: Relatório de Mercado Focus do Banco Central, divulgado em 04/06/18). No último dia 30/05, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o PIB cresceu 0,4% no primeiro trimestre deste ano, ante o quarto trimestre do ano passado. Na comparação com o primeiro trimestre de 2017, houve alta de 1,2%. Esses dois resultados demonstram o grau de incerteza ainda existente quanto ao nível previsto de atividade econômica, no curto e médio prazo, o que torna mais difícil o trabalho de se traçar cenários para o crescimento da demanda do transporte público no Distrito Federal.

Conforme resultados do Índice de Desenvolvimento Econômico para o DF (Idecon-DF), divulgado pela Codeplan, a economia do Distrito Federal encerrou 2017 com queda de 0,3% em relação a 2016, mas com sinais de recuperação. Contudo, a atividade econômica no quarto trimestre de 2017 no Distrito Federal, pelo Idecon-DF, cresceu 1,1% em comparação a igual período de 2016. Foi a primeira taxa positiva registrada após 11 trimestres consecutivos de índice negativo.

Por outro lado, dados divulgados em abril de 2018, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF) apontam para um aumento da Taxa de Desemprego no DF, que registrou 18,9%, em março, e 19,2%, em abril.

Segundo Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, relativo ao 4º trimestre de 2017, divulgado pela Codeplan, os indicadores econômicos mostram que a economia do Distrito Federal atingiu a recessão de forma mais branda e com uma certa defasagem. Nos anos de 2015 e 2016, a economia do Brasil teve maior queda de atividade do que a do DF e, em 2017, a economia brasiliense mostrou resultado pior do que a do Brasil, em todos os quatro trimestres do ano. Esse comportamento indica uma queda no nível de atividade nacional maior e mais abrupta, enquanto no DF a retração se mostra mais amena e ocorre mais lentamente. A saída de recessão tem se dado de maneira análoga: há sinais de recuperação no Distrito Federal, porém mais incipientes do que os sinais verificados na economia brasileira.

Dessa maneira, o aumento do volume de viagens no Transporte Público no Distrito Federal estará significativamente atrelado à retomada do crescimento da atividade econômica, mas especificamente no que se refere ao aumento de postos de trabalho. Quaisquer estimativas de patamares de demanda futuras, pode-se dizer, estão preponderantemente atreladas a essas duas variáveis, ou seja, crescimento econômico e nível de emprego. Assim, confirmado o cenário de retomada do crescimento, pode-se prever um acréscimo ainda este ano no volume de viagens do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STCPC/DF). Contudo, o nível desse crescimento é de difícil previsão, uma vez que o aumento de postos de trabalho acontece em ritmo mais lento do que o observado na atividade econômica.

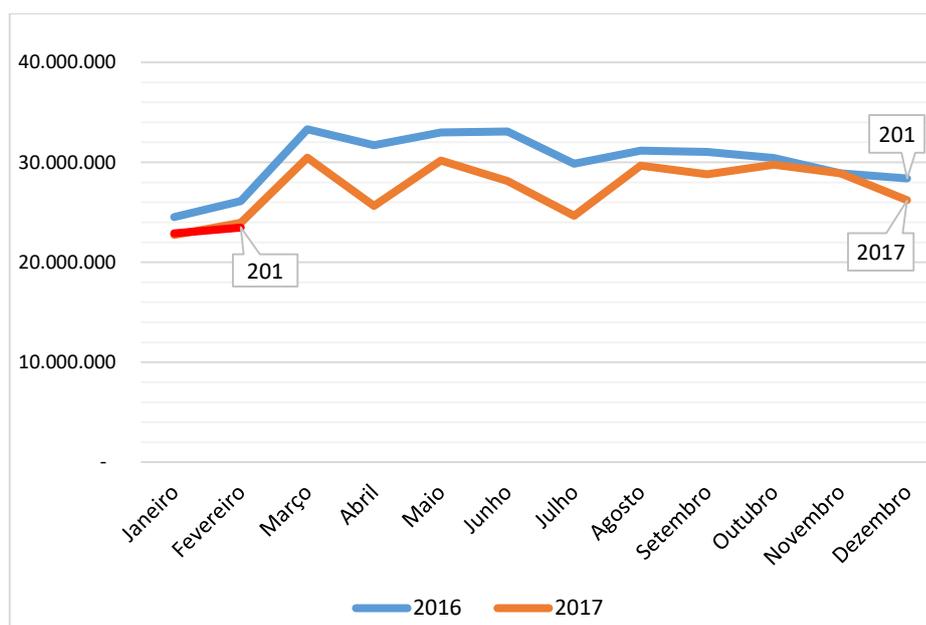
A greve dos caminhoneiros, que provocou desabastecimento e paralisou a atividade em vários setores, repercute negativamente no processo de retomada do crescimento, ainda sem estimativas claras sobre suas reais consequências.

**Tabela 1** - Demanda do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - por ônibus

Mês \ ano	2016	2017	2018	Variação %		
				2016	2017	2018
Janeiro	24.518.091	22.739.992	22.892.835	-	-7,25%	0,67%
Fevereiro	26.127.964	23.935.968	23.482.337	-	-8,39%	-1,90%
Março	33.308.467	30.470.074	-	-	-8,52%	-
Abril	31.715.189	25.632.518	-	-	-19,18%	-
Mai	32.981.626	30.178.237	-	-	-8,50%	-
Junho	33.089.595	28.125.965	-	-	-15,00%	-
Julho	29.874.256	24.667.634	-	-	-17,43%	-
Agosto	31.151.858	29.674.007	-	-	-4,74%	-
Setembro	31.041.808	28.813.802	-	-	-7,18%	-
Outubro	30.431.458	29.757.794	-	-	-2,21%	-
Novembro	28.905.397	28.891.869	-	-	-0,05%	-
Dezembro	28.399.213	26.203.437	-	-	-7,73%	-
<b>Total</b>	<b>361.544.922</b>	<b>329.091.297</b>	<b>46.375.172</b>	-	<b>-8,98%</b>	-

Fonte: SEMOB/Gestão DF

**Gráfico 1** - Demanda do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, por ônibus



Fonte: SEMOB/Gestão DF

Por fim, dados recentes divulgados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, Codeplan, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE, mostram que a taxa de desemprego total se manteve em relativa estabilidade, ao passar de 18,1%, em agosto, para 17,9%, em setembro. Em relação a setembro de 2017, o número de desempregados no Distrito Federal diminuiu em 6 mil pessoas, como resultado da expansão do nível de ocupação, que agregou mais 46 mil ocupados à força de trabalho, número superior ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), que foi de mais 40 mil trabalhadores.

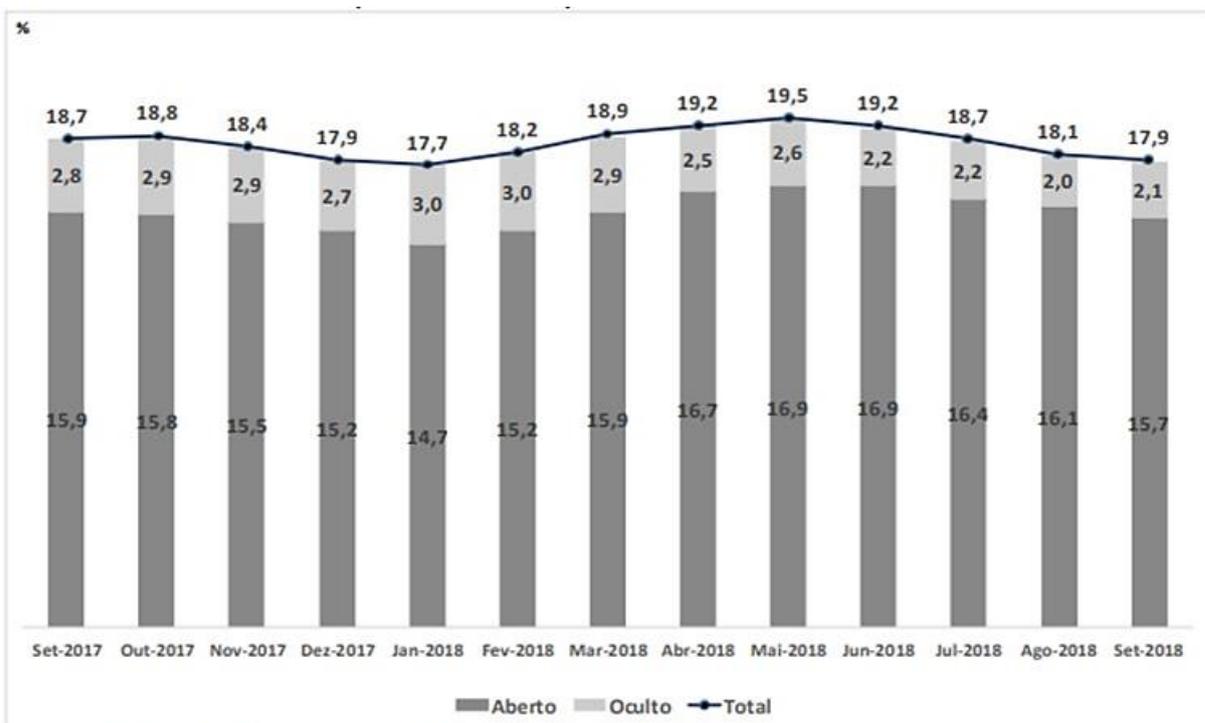
**Tabela 2** - Estimativas do número de pessoas de 14 anos e mais, segundo condição de atividade, e taxas de participação e de desemprego - Distrito Federal - Setembro/2017 - Setembro/2018

Condição de atividade e Taxas	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
	Set-17	Ago-18	Set-18	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
				Set-18/ Ago-18	Set-18/ Set-17	Set-18/ Ago-18	Set-18/ Set-17
<b>POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA</b>	<b>2.464</b>	<b>2.518</b>	<b>2.524</b>	<b>6</b>	<b>60</b>	<b>0,2</b>	<b>2,4</b>
<b>População Economicamente Ativa</b>	<b>1.634</b>	<b>1.654</b>	<b>1.674</b>	<b>20</b>	<b>40</b>	<b>1,2</b>	<b>2,4</b>
Ocupados	1.329	1.355	1.375	20	46	1,5	3,5
Desempregados	305	299	299	0	-6	0,0	-2,0
Em desemprego aberto	260	266	264	-2	4	-0,8	1,5
Em desemprego oculto	45	34	36	2	-9	5,9	-20,0
<b>Inativos com 14 anos e mais</b>	<b>830</b>	<b>864</b>	<b>849</b>	<b>-15</b>	<b>19</b>	<b>-1,7</b>	<b>2,3</b>
<b>TAXAS (%)</b>							
<b>Participação</b>	<b>66,3</b>	<b>65,7</b>	<b>66,3</b>			<b>0,9</b>	<b>0,0</b>
<b>Desemprego Total</b>	<b>18,7</b>	<b>18,1</b>	<b>17,9</b>			<b>-1,1</b>	<b>-4,3</b>
Desemprego Aberto	15,9	16,1	15,7			-2,5	-1,3
Desemprego Oculto	2,8	2,0	2,1			5,0	-25,0

Fonte: PED-DF, Convênio: SEDESTMIDH-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

Entre setembro de 2017 e setembro de 2018, a taxa de desemprego total decresceu, ao passar de 18,7% para 17,9%. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto permaneceu relativamente estável, ao passar de 15,9% para 15,7%, e a de desemprego oculto diminuiu de 2,8% para 2,1% (Gráfico 2).

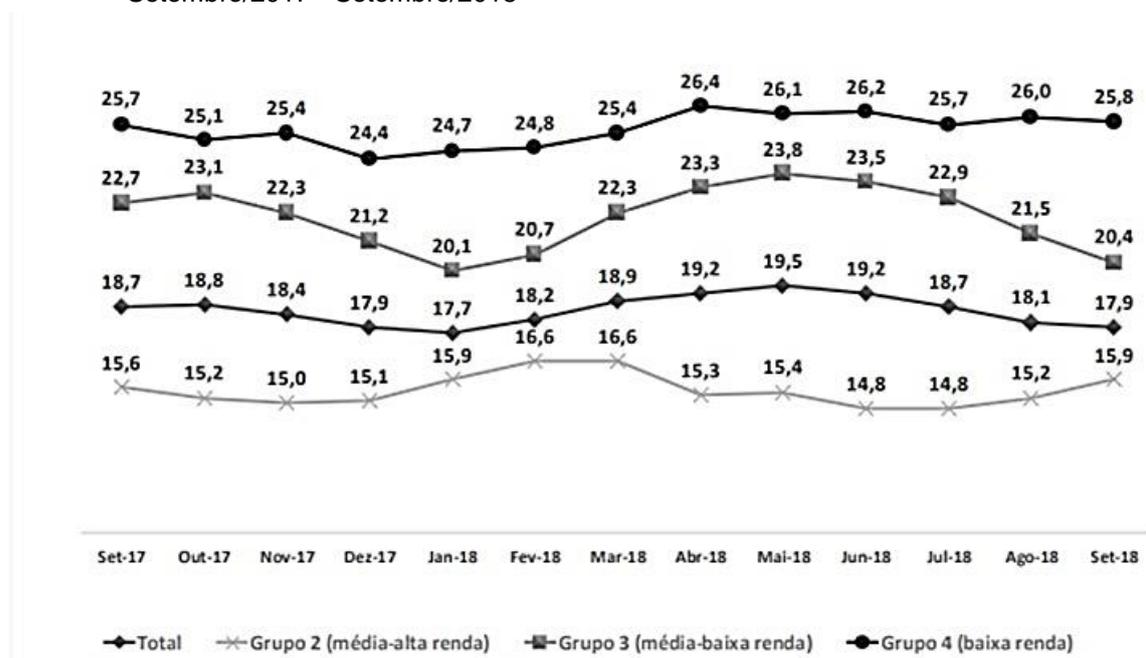
**Gráfico 2** - Taxa de desemprego, por tipo - Distrito Federal - Setembro/2017 - Setembro/2018



Fonte: PED-DF – Convênio SEDESTMIDH-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP, DIEESE e MTb

Segundo Grupos de Regiões Administrativas, a taxa de desemprego no Grupo 2 (regiões de média-alta renda) aumentou de 15,2% para 15,9%; no Grupo 3 (regiões de média-baixa renda) diminuiu de 21,5% para 20,4%; e no Grupo 4 (regiões de baixa renda) permaneceu relativamente estável, ao passar de 26,0% para 25,8% (Gráfico 2). A taxa de desemprego no Grupo 1 (regiões de alta renda) aumentou de 8,2% para 8,7%, entre o semestre de abril de 2018 - setembro de 2018 e o de março de 2018 - agosto de 2018.

**Gráfico 3** - Taxa de desemprego total, por Grupos de Regiões Administrativas (1) Distrito Federal - Setembro/2017 - Setembro/2018



Fonte: PED-DF – Convênio SEDESTMIDH-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP, DIEESE e MTb.

Nota: A amostra não comporta desagregação da taxa de desemprego total para o Grupo 1 (alta renda)

**(1): Grupo 1** (alta renda) – Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul e Park Way e Sudoeste/Octogonal. **Grupo 2** (média-alta renda) - Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guarã, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires. **Grupo 3** (média-baixa renda) - Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. **Grupo 4** (baixa renda) - Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA – Estrutural e Varjão.

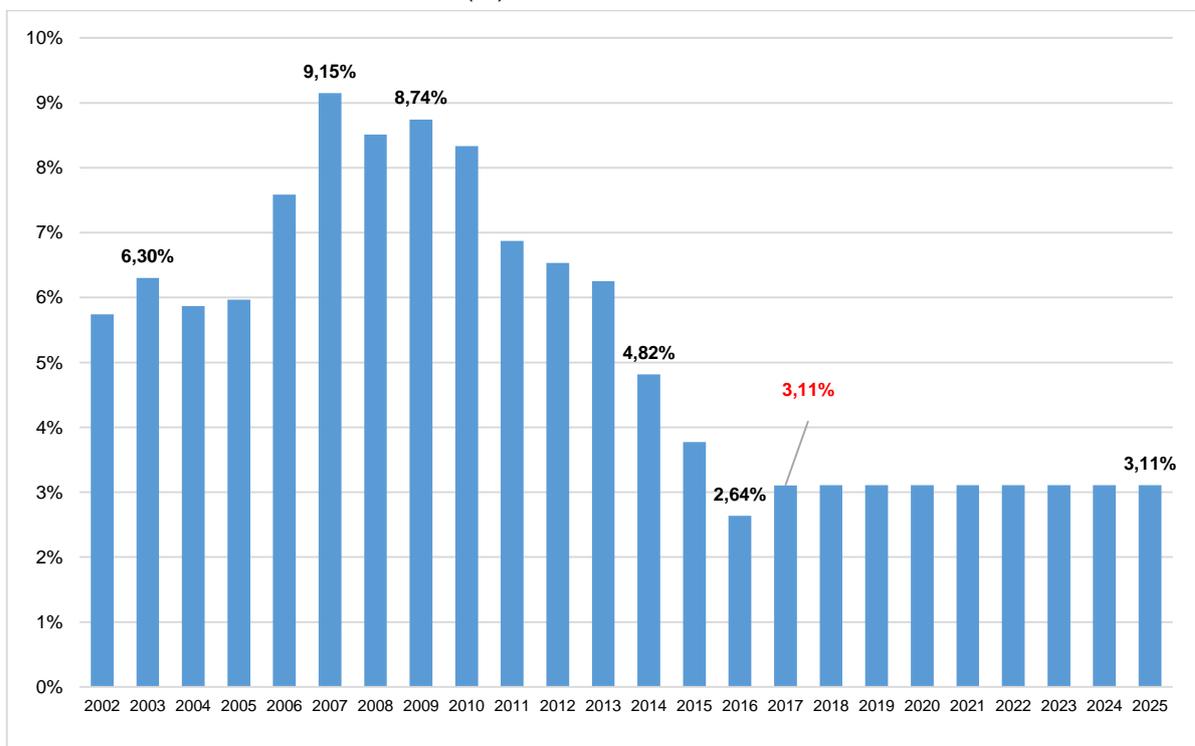
Portanto, levando-se em consideração o atual quadro do emprego no Distrito Federal, que aponta para uma certa estabilidade, ao menos no curto prazo, pode-se prever uma certa manutenção do atual nível de demanda por viagens no transporte público no Distrito Federal. Diante dessa situação, torna-se de difícil previsão o momento em que se dará a inflexão no volume de passageiros transportados no DF, uma vez que o aumento de postos de trabalho acontece em ritmo mais lento do que o observado na atividade econômica.

#### 4.3. Evolução da Frota de Veículos no DF (dados obtidos no DETRAN/DF)

Atualmente, os motoristas ficam presos em engarrafamentos cada vez mais demorados, em trajetos cada vez mais longos, devido aos mais de 1.716.878 carros que circulam nas vias do Distrito Federal, segundo dados de 2017. O Gráfico 4 versa sobre o aumento da frota de veículos do DF nos anos de 2006 a 2013 (variando de 6,25% a 9,15%), o que não continuou nos anos de 2014 a 2017, pois apresentou uma queda de 50% em veículos emplacados (3,11% em 2017). Essa queda está diretamente relacionada com a crise econômica, com a redução do poder de compra das pessoas, o desemprego e combustíveis cada vez mais caros. No entanto, percebe-se que a quantidade de veículos não para de aumentar. Considerando-se os últimos dez anos, houve um acréscimo de 78% na frota de

veículos. Considerada uma taxa anual de 3,11%,<sup>14</sup> até 2025, ter-se-á um aumento de 27,76% na frota do Distrito Federal. Se utilizar o cenário mais otimista (considerando o ano de 2007, com a taxa de 9,15%) o crescimento da frota será de 101%.

**Gráfico 4 - Taxa crescimento veículos (%)**



Fonte: DETRAN/DF

Pouco menos de 51.713 veículos motorizados foram emplacados em 2017, uma retomada singela de quase 0,5% em relação ao ano anterior (aumento de mais ou menos 9 mil veículos). Cabe observar que quase três quartos do parque de veículos no DF são automóveis particulares (1.221.700 unidades).

A Tabela 3 demonstra que em 2017, para cada 100 pessoas no Distrito Federal, 56,48 possuíam automóveis próprios. As projeções indicam que essa situação acentuar-se-á mais ainda com o passar dos anos, pois estima-se que, em 2025, de cada 100 pessoas, 62,45 terão carros próprios. O percentual de carros no ano de 2017 aumentou quase o dobro da taxa de crescimento da população na área urbana do DF, mas já chegou ser mais que quatro vezes a taxa de crescimento da população, no período 2006 a 2010.

O aumento da taxa de motorização pode encontrar múltiplas explicações. Esse crescimento está relacionado, bem provavelmente, com a expansão do território urbano, com a oferta/qualidade dos transportes públicos, as condições vantajosas do mercado automobilísticos, a infraestrutura viária e a disponibilidade de estacionamento público gratuito no Distrito Federal. Apesar dessas estatísticas contundentes, o carro continua sendo a opção "mais prática, mais rápida e flexível" para deslocamentos diários das pessoas. Há uma falta de alternativas eficazes e competitivas ao uso do automóvel particular. Estima-se que há pelo menos 2.7 milhões de lugares vazios<sup>15</sup> em carros bloqueados no trânsito no DF durante as

<sup>14</sup> Taxa de crescimento anual obtidos no cadastro da frota no DETRAN/DF, para o ano 2017. Essa taxa foi projetada linearmente até 2025, considerando o cenário de crescimento atual.

<sup>15</sup> Em 2017, a taxa de ocupação é de 1,77 pessoas por veículos, se considerar que cada carro pode transportar até 4 pessoas, tem-se um potencial de 2.714.391 lugares no deslocamento diário, em hora pico.  $1.221.700 \text{ automóvel} * (4 \text{ lugares} - 1,77 \text{ lugares ocupados}) = 2.714.391 \text{ lugares}$ .

horas de pico, já que a maioria dos motoristas dirigem quase sempre sozinhos (taxa de ocupação dos veículos é de 1,77 pessoas, em 2017). Como a taxa de crescimento de veículos verificada em 2017 (3,11%) se manteve, os valores técnicos de referência foram mantidos em períodos anuais no futuro (2025), com taxa de ocupação 1.6 pessoas/veículo.

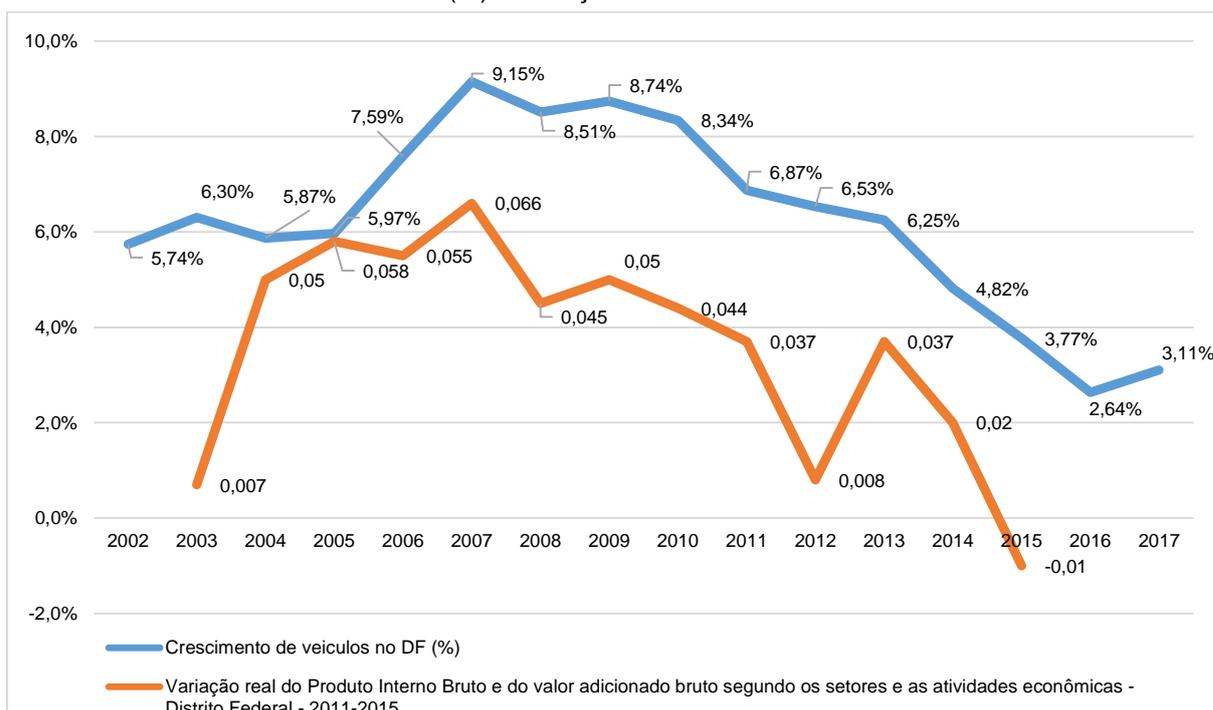
**Tabela 3** - Frota, emplacamento, taxa crescimento e número de veículos per capita no DF

Ano	População Projetada IBGE	Taxa crescimento da população (%)	Frota DF	Veículos emplacado	Taxa cresc. Veículos (%)	Carros per capita
2001	2.148.606		651.342			
2002	2.190.118	1,93%	688.746	37.404	5,74%	31,45%
2003	2.233.473	1,98%	732.138	43.392	6,30%	32,78%
2004	2.278.824	2,03%	775.112	42.974	5,87%	34,01%
2005	2.326.355	2,09%	821.352	46.240	5,97%	35,31%
2006	2.376.239	2,14%	883.676	62.324	7,59%	37,19%
2007	2.428.637	2,21%	964.534	80.858	9,15%	39,72%
2008	2.483.669	2,27%	1.046.638	82.104	8,51%	42,14%
2009	2.541.434	2,33%	1.138.127	91.489	8,74%	44,78%
2010	2.602.074	2,39%	1.233.000	94.873	8,34%	47,39%
2011	2.664.444	2,40%	1.317.721	84.721	6,87%	49,46%
2012	2.727.098	2,35%	1.403.788	86.067	6,53%	51,48%
2013	2.789.761	2,30%	1.491.539	87.751	6,25%	53,46%
2014	2.852.372	2,24%	1.563.382	71.843	4,82%	54,81%
2015	2.914.830	2,19%	1.622.396	59.014	3,77%	55,66%
2016	2.977.216	2,14%	1.665.165	42.769	2,64%	55,93%
2017	3.039.444	2,09%	1.716.878	51.713	3,11%	56,49%
2018	3.101.220	2,03%	<b>1.770.273</b>	53.395	<b>3,11%</b>	57,08%
2019	3.162.452	1,97%	<b>1.825.328</b>	55.055	<b>3,11%</b>	57,72%
2020	3.223.048	1,92%	<b>1.882.096</b>	56.768	<b>3,11%</b>	58,39%
2021	3.282.791	1,85%	<b>1.940.629</b>	58.533	<b>3,11%</b>	59,12%
2022	3.341.579	1,79%	<b>2.000.983</b>	60.354	<b>3,11%</b>	59,88%
2023	3.399.501	1,73%	<b>2.063.213</b>	62.231	<b>3,11%</b>	60,69%
2024	3.456.467	1,68%	<b>2.127.379</b>	64.166	<b>3,11%</b>	61,55%
2025	3.512.409	1,62%	<b>2.193.541</b>	66.161	<b>3,11%</b>	62,45%

Fonte: DETRAN/DF

O Gráfico 5 - Crescimento de veículos (%) e variação do PIB/DF - 2011-2015 permite verificar a relação entre a aquisição de veículos e o impacto da crise econômica refletida no PIB do Distrito Federal. Ele aponta uma queda constante e correlacionada desses dois indicadores. Até o presente momento, o PIB/DF, para os anos de 2016 e 2017, ainda não foram divulgados pelo Governo.

**Gráfico 5 - Crescimento de veículos (%) e variação do PIB do DF - 2011-2015**



Fonte: DETRAN/DF e Codeplan

A projeção dos quatro cenários apresentados na Tabela 4 examina o crescimento da frota, o emplacamento e taxa crescimento veículos (%) do Distrito Federal, considerando os dados da situação atual (Taxa de 2017: -3,11%), fraco (taxa de 2016: 2,64%), intermediário (taxa de 2013: 6,25%) e forte (taxa de 2007: 9,15%). Eles se concentram em possíveis alvos que poderão variar segundo os efeitos da crise financeira e econômica que o país atravessa, notadamente, nos aumentos dos combustíveis. Percebe-se que os cenários atual e fraco apresentam dados semelhantes, mesmo quando projetado para o ano de 2025.

**Tabela 4 - Cenários de crescimento da frota de veículos do DF**

Ano	Cenário											
	Atual			Forte			Intermediário			Fraco		
	Frota DF Projetada	Veículos emplacas DF	Taxa crescimento veículos (%)	Frota DF Projetada	Veículos emplacas DF	Taxa crescimento veículos (%)	Frota DF Projetada	Veículos emplacas DF	Taxa crescimento veículos (%)	Frota DF Projetada	Veículos emplacas DF	Taxa crescimento veículos (%)
2017	1.716.878			1.716.878			1.716.878			1.716.878		
2018	1.770.273	53.395	3,11%	1.873.972	157.094	9,15%	1.824.183	107.305	6,25%	1.762.204	45.326	2,64%
2019	1.825.328	55.055	3,11%	2.045.441	171.468	9,15%	1.938.194	114.011	6,25%	1.808.726	46.522	2,64%
2020	1.882.096	56.768	3,11%	2.232.599	187.158	9,15%	2.059.331	121.137	6,25%	1.856.476	47.750	2,64%
2021	1.940.629	58.533	3,11%	2.436.881	204.283	9,15%	2.188.040	128.708	6,25%	1.905.487	49.011	2,64%
2022	2.000.983	60.354	3,11%	2.659.856	222.975	9,15%	2.324.792	136.752	6,25%	1.955.792	50.305	2,64%
2023	2.063.213	62.231	3,11%	2.903.233	243.377	9,15%	2.470.092	145.300	6,25%	2.007.425	51.633	2,64%
2024	2.127.379	64.166	3,11%	3.168.879	265.646	9,15%	2.624.472	154.381	6,25%	2.060.421	52.996	2,64%
2025	2.193.541	66.161	3,11%	3.458.831	289.952	9,15%	2.788.502	164.030	6,25%	2.114.816	54.395	2,64%

Fonte: DETRAN/DF - projeção Codeplan

#### 4.4. Considerações Finais

Com base nessas observações, o estudo da demanda de transportes fornece elementos que permite afirmar que a evolução de informação organizada e contínua trará ganhos nas avaliações socioeconômicas e no comportamento diário dos usuários de ônibus.

A flutuação dos números de passageiros/mês (2016/2017) passa pelo transporte irregular existente no Distrito Federal, que provoca perdas representativas de demandas de passageiros, ficando patente a necessidade de sistematizar as informações dos transportes para facilitar as intervenções na recuperação da demanda. A falta de empregos, também, tem provocado uma migração para outros meios de transportes (bicicleta, a pé e carona), que se traduz em diminuição da demanda atual de transportes por ônibus.

Atualmente, cerca de 55.000 novos veículos (2017) foram registrados no Distrito Federal, duas vezes mais do que em 2000. Esse crescimento na frota leva a um aumento no tráfego rodoviário e uma saturação nas vias de acesso às cidades. A evolução da frota de veículos no Distrito Federal teve um acréscimo de 78% na frota nos últimos 10 anos. Considerada uma taxa anual de 3,11% até 2025, estima-se um crescimento de 27,76% na frota. E se considerar o cenário intermediário, o número de emplacamento chegará a 164.030 veículos em 2025, ou seja, quase três vezes o emplacamento em 2017, resultando em uma taxa de ocupação dos veículos cada vez menor.

#### 4.5. Referências Bibliográficas

DETRAN/DF. Anuário estatístico do trânsito no Distrito Federal - Brasil, 2017. Departamento de Trânsito do Distrito Federal, Gerência de Estatística de Acidentes de Trânsito, Brasília, DF, 2017.

CODEPLAN. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/ped-pesquisa-de-emprego-e-desemprego/>, 2017

## 5. PANORAMA ECONÔMICO DISTRITO FEDERAL 2018-2022<sup>16</sup>

### 5.1. Sumário Executivo

A economia brasileira começou uma lenta recuperação de um longo processo recessivo. Os cenários para 2018-2022 foram traçados tendo como base as expectativas do Boletim Focus, ou seja, **um crescimento do PIB brasileiro de 1,4% a 2,5%** nos próximos anos.<sup>17</sup> Note-se que mesmo com esse crescimento, a economia brasileira só recuperaria o nível de PIB anterior ao período recessivo (2º Trimestre de 2014) no 1º Trimestre de 2021. Espera-se, também, que **a inflação brasileira se mantenha em níveis baixos, no centro da meta (estimativa de 4,4% em 2018 e próximo à meta nos demais anos)** e sob controle da autoridade monetária.

O cenário internacional mostra-se desafiador. Melhora nos preços de *commodities* e expansão do PIB nos EUA sugerem maior demanda externa com potenciais efeitos positivos sobre a economia doméstica. Por outro lado, o processo de normalização das condições monetárias nas principais economias avançadas ora em curso tem contribuído para a depreciação do real com efeito negativo sobre a inflação. Em horizontes maiores, a elevação nas tensões comerciais e o esgotamento dos estímulos fiscais adotados na economia americana constituem vetor de desaceleração para o crescimento global. Projeções divulgadas em outubro pelo *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional apontam para crescimento de 3,7% na economia mundial em 2018 e 2019 – 0,2 p.p abaixo da projeção de julho, em virtude de menor dinamismo nas economias emergentes.

**Em nível nacional, a questão fiscal será o grande desafio para o próximo governo.** Alguns analistas estimam a necessidade de um ajuste fiscal da ordem de 4% PIB para estabilizar a relação dívida-PIB. Mesmo com a recuperação da economia e em cenários otimistas, a economia brasileira só voltaria a ter superávits primários a partir de 2022. O limite do teto dos gastos públicos poderá ser ultrapassado já em 2019, o que implicaria um custo político e a necessidade de o novo governo negociar com o Congresso a revisão da emenda constitucional. Outra fonte de tensão é a ameaça de descumprimento da Regra de Ouro ainda em neste ano.

Diante desse cenário, foram realizadas projeções para o Distrito Federal em quatro agregados: PIB, inflação, taxa de desemprego e receitas tributárias. **As previsões para o nível de atividade**, tendo como base o cenário do Boletim Focus para o Brasil, apontam crescimento da atividade do DF acima da média nacional – em torno 2,7% em 2018 e 3,3% de 2019. Entretanto, dada a restrição fiscal na esfera federal para os próximos anos, estes valores podem ser bem mais modestos.<sup>18</sup> Por esta razão, estimou-se um modelo alternativo, cujas projeções são mais modestas e giram em torno de 2% ao ano.

**As projeções para a inflação local não diferem muito das projetadas para a economia brasileira**, tendo em vista a relação de convergência de longo prazo das duas

<sup>16</sup> Equipe responsável: Bruno de Oliveira Cruz, Clarissa Jahns Schlabitz, João Renato Lerípio, diretor, gerente e técnico da DIEPS/Codeplan.

<sup>17</sup> Relatório de Mercado Focus do Banco Central do Brasil. Consultado em 07/11/18. Existem ainda dificuldades para se criar uma correlação direta da atividade nacional sobre a economia local pela ausência de séries temporais longa de PIB do DF.

<sup>18</sup> Dado o curto comprimento da série de PIB para o DF não é possível estimar com precisão o efeito da restrição fiscal sobre a atividade local.

taxas. As estimativas apontam para o IPCA - Brasília em torno de 4,37% em 2018 e redução contínua até atingir 3,6% em 2022.

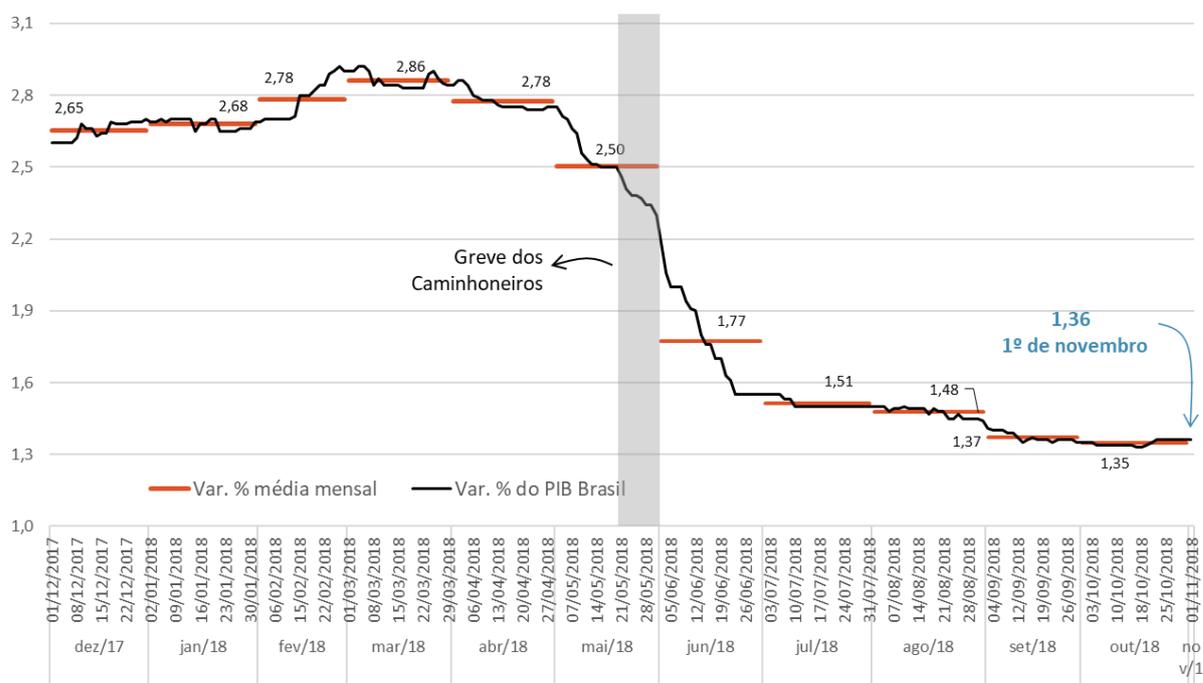
Com respeito ao mercado de trabalho, as **projeções apontam para a taxa de desocupação** medida pela PED encerrando 2018 em 17,9% e seguindo trajetória decrescente até alcançar 15,8% em 2022.

Por fim, foram realizadas estimativas para as receitas tributárias tendo como base o crescimento da economia nacional. **As estimativas indicam que as receitas tributárias cresceriam, em termos reais, por volta de 1,0% em 2018 e perto de 2% nos anos 2019-2022.** Diante deste cenário, pode-se adiantar a ausência de espaço fiscal para acomodar fortes expansões dos gastos.

## 5.2. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar cenários e projeções para a economia do Distrito Federal no período 2018 a 2022. Antes de apresentar o cenário para a economia local é necessário ter em vista o ponto de partida das projeções, ou seja, a conjuntura econômica brasileira em 2018 e a expectativa para os anos seguintes. Deve-se ressaltar que a primeira versão deste trabalho foi realizada em janeiro de 2018 e desde então a expectativa de crescimento para a economia brasileira vem se reduzindo de maneira significativa. Este comportamento teve início com o desempenho mais fraco da atividade no primeiro trimestre e ganhou fôlego após a greve dos caminhoneiros: a mediana das previsões de crescimento do PIB passou de 2,5% em 21 de maio para 1,9% em 08 de junho. Já em 1º de novembro, a mediana das projeções atingiu 1,4%.

**Gráfico 1** - Expectativa de PIB Total - variação % - Mediana - Anual - Brasil - Período de 01/12/2017 a 01/11/2018 para o ano de 2018



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan. Consulta 01/11/2018.

No entanto, ainda que a expectativa para o crescimento em 2019 tenha sofrido revisões para baixo ao longo do ano, as projeções do mercado para os anos de 2020 até 2022 mantiveram-se inalteradas, em 2,5%. Portanto, o impacto nas previsões feitas nesse relatório está circunscrito quase que totalmente ao ano de 2018.

Mesmo antes da greve dos caminhoneiros já havia uma reversão nas expectativas de crescimento para a economia brasileira (Gráfico 1). Menor dinamismo da atividade revelado pelos resultados do primeiro trimestre e frustração com respeito à aprovação de medidas de ajuste fiscal contribuíram, no âmbito doméstico, para este cenário. Entretanto, vale destacar que o quadro geral é de retomada – embora lenta e gradual – do quadro recessivo que caracterizou a economia brasileira nos últimos dois anos e de convergência da inflação para o centro da meta perseguida pelo Banco Central, apesar dos choques de oferta registrados no período e da forte depreciação cambial. Aspectos adicionais sobre a economia brasileira e mundial são assinalados a seguir:

- a) **Fim do ciclo recessivo e recuperação da economia:** O IBRE/Codace<sup>19</sup> estima que o fim da recessão brasileira tenha ocorrido no quarto trimestre de 2016. Dentre os fatores que explicam a recuperação da economia, pode-se elencar os seguintes: no lado externo, maior dinamismo da economia mundial – especialmente da americana – juntamente com maior liquidez e o aumento, embora não muito expressivo, dos termos de troca. No lado doméstico, a “super-safra” agrícola de 2017/2018 e os efeitos positivos de políticas de estímulo à demanda interna, como a liberação do FGTS (impacto positivo sobre consumo das famílias) e o afrouxamento da política monetária com efeito positivo sobre o crédito. Entretanto, entre os analistas da economia brasileira, formou-se um consenso de que a recuperação será lenta e os dados já divulgados até o momento confirmam essa visão.
- b) **Setor externo:** O maior dinamismo da economia mundial – sobretudo devido ao crescimento expressivo do PIB americano –, juntamente com a maior liquidez e melhora nos termos de troca contribuíram para o desempenho da atividade doméstica. Entretanto, deve-se destacar que existem importantes focos de incerteza em relação ao futuro. Em especial, nota-se a escalada nas tensões comerciais entre Estados Unidos e China e a normalização da política monetária ora em curso nas principais economias avançadas constituem vetores contracionistas. Algumas fontes adicionais de incerteza são a crise financeira da Argentina, com potenciais efeitos sobre o balanço de pagamentos, e a questão militar EUA-Irã, com impacto direto no preço internacional do petróleo.
- c) **Inflação sob controle:** outro fator importante do atual cenário da economia brasileira é a manutenção da inflação em patamares baixos, a despeito de importantes choques de oferta (greve dos caminhoneiros) e depreciação acentuada da taxa de câmbio. Em especial, hiato do produto mais elevado juntamente com maior ancoragem das expectativas inflacionárias, contribuíram para o menor repasse destes choques para o nível geral de preços.
- d) **Restrição fiscal:** A expectativa é de um equacionamento do resultado fiscal de 2018, por meio do aumento de receitas e recuperação de empréstimos do Tesouro ao BNDES. No entanto, a restrição fiscal se coloca como grande desafio para o próximo governo: o déficit primário continua bastante elevado (estimativas de 1,5% a 2,3% do PIB em 2018) e estima-se uma trajetória de crescimento contínuo da relação dívida-PIB.

---

<sup>19</sup> Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), ligado a Fundação Getúlio Vargas.

- e) **Mercado de trabalho:** Taxa de desemprego continua elevada. Há alguma recuperação do emprego formal, porém muito lenta. Também há alguma estabilização de salários e rendimentos reais, com os rendimentos sendo beneficiados pela inflação moderada.

### 5.3. Aspectos metodológicos das previsões

Para realizar as projeções e a construção dos cenários, foram utilizadas as projeções para a economia brasileira coletadas pelo Banco Central no Boletim Focus. A partir deste cenário de referência para a economia nacional foram realizadas as projeções para o Distrito Federal, em especial para quatro agregados econômicos: nível de atividade econômica (PIB), inflação, taxa de desemprego e receitas tributárias. O horizonte das previsões foi de 2018 a 2022, seguindo a disponibilidade do Focus.

Cabe ressaltar a dificuldade de obter estimativas precisas para o PIB do DF, uma vez que a série disponível contém número reduzido de observações devido à defasagem com que é divulgada pelo IBGE e também por mudanças metodológicas ao longo do tempo. Deve-se ressaltar, também, que um horizonte de previsão muito dilatado aumenta o intervalo de confiança das estimativas. Ademais, este horizonte coincide com um novo ciclo político, o que amplifica ainda mais as incertezas.

As projeções foram realizadas utilizando modelos de séries temporais univariados e multivariados. Em particular, na ausência de modelos específicos para as variáveis do Distrito Federal, buscou-se explorar as relações de curto e de longo prazos com as variáveis nacionais.

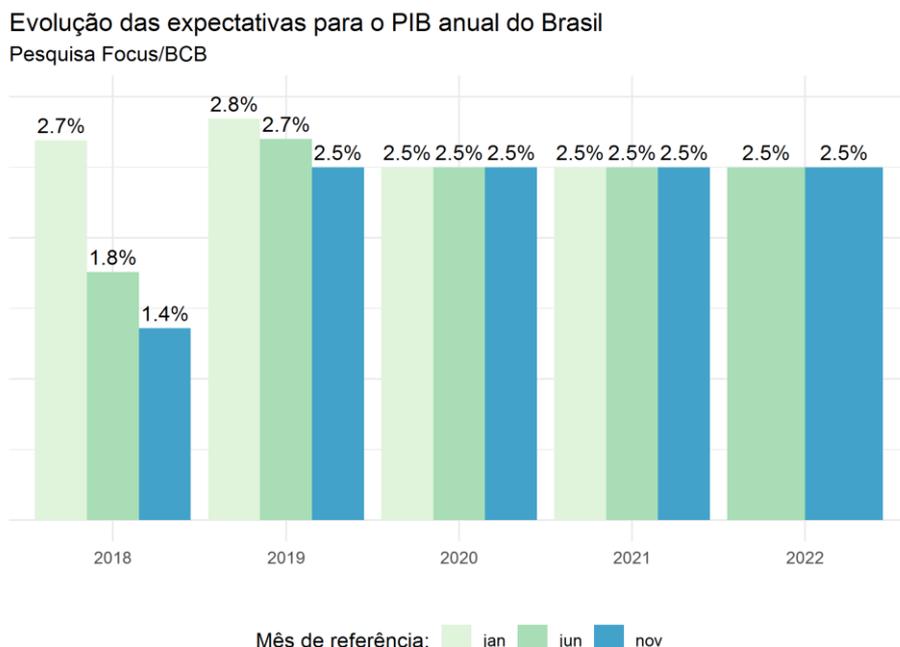
### 5.4. Projeções para 2018-2022: Brasil e Distrito Federal

Nessa seção, são apresentados os cenários para o Brasil e o Distrito Federal, destacando alguns riscos e a descrição da evolução das variáveis. As projeções para o Brasil foram coletadas no Boletim Focus e utilizadas como base para a previsão do comportamento de séries econômicas no Distrito Federal. Deve-se destacar que a projeção do Focus é consistente e similar com as previsões de diversas instituições, às quais a Codeplan teve acesso, como Bradesco, Bloomberg ou o FMI. Desta forma, optou-se por usar a mediana das previsões do Boletim Focus, por fornecer uma série longa sobre as expectativas sobre a economia brasileira.

#### 5.4.1. Brasil

- **Nível de atividade:** Houve forte revisão dos agentes quando à expansão da economia brasileira em 2018, com algum transbordamento para 2019. Entretanto, a manutenção das expectativas para horizontes mais dilatados sugere um caráter mais transitório dos choques. Todavia, cabe notar que o início de um novo ciclo político envolve incertezas que podem alterar o balanço de risco em ambas as direções a depender das políticas adotadas e do grau de confiança de consumidores e empresários.

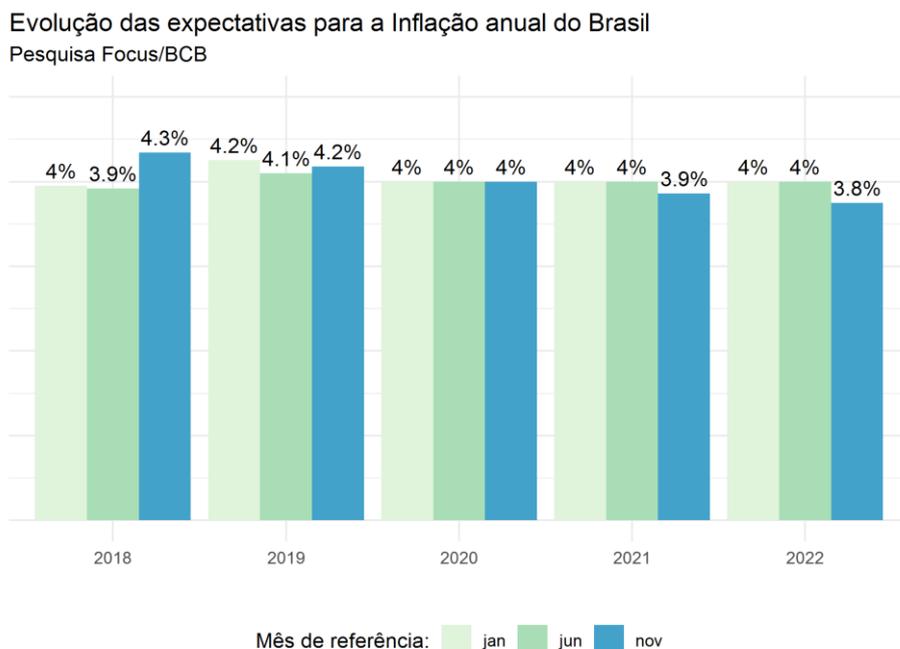
**Gráfico 2 - Expectativa para o PIB anual (% em relação ao ano anterior)**



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan. Consulta 08/11/18.

- **Inflação:** No que diz respeito ao comportamento dos preços, nota-se também a percepção de um choque temporário, circunscrito ao ano de 2018. Em especial, pode-se atribuir este movimento ao impacto da greve dos caminhoneiros no fim de maio e à forte depreciação cambial registrada ao longo do ano. Todavia, cabe ressaltar que a atividade econômica mais fraca, juntamente com a elevação da ancoragem das expectativas, minimizou a transmissão desses choques para os preços.

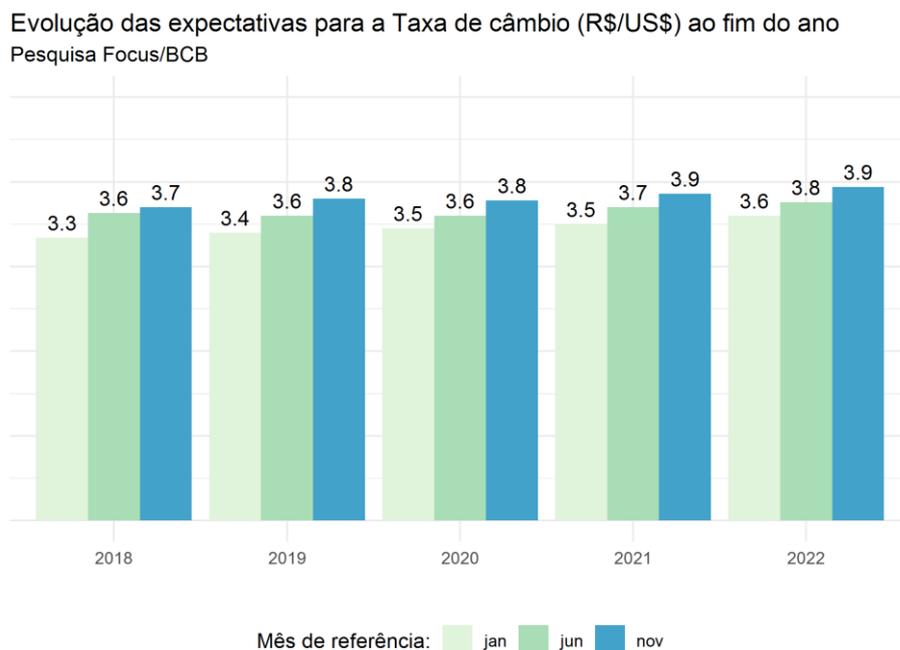
**Gráfico 3 - Expectativa para o IPCA anual (%)**



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan. Consulta 08/11/18.

- **Taxa de câmbio:** Ao contrário do PIB e da Inflação, a mediana das expectativas dos agentes revela a elevação da taxa de câmbio para um novo patamar em todo o horizonte de referência. Em particular, contribuiu para este cenário a manutenção – e eventual aprofundamento – do processo de normalização monetária nos Estados Unidos.

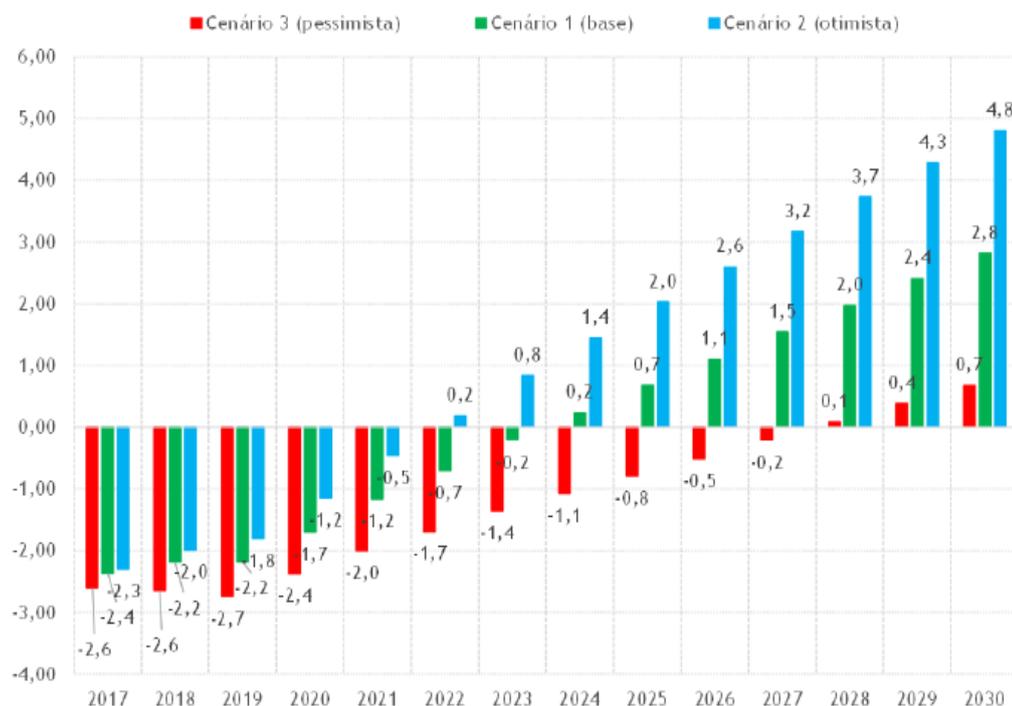
**Gráfico 4** - Expectativa para a taxa de câmbio (R\$/US\$) ao final do ano



Fonte: Banco Central do Brasil  
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan. Consulta 08/11/18.

- **Indicadores fiscais:** Estima-se que o ajuste fiscal necessário para estabilizar a relação dívida-PIB é de um montante de R\$ 300 bilhões ou 4% do PIB brasileiro. Esses valores, todavia, estão sujeitos à evolução do PIB e da taxa de juros real da economia. Um ajuste desse montante, mesmo se a reforma da previdência fosse aprovada, necessitaria de um esforço adicional não desprezível por parte do governo. Deve-se destacar ainda que o quadro pode ser agravado quanto mais demorado for o processo de aprovação das medidas no congresso.

**Gráfico 5 - Projeções para o resultado primário (% do PIB)**



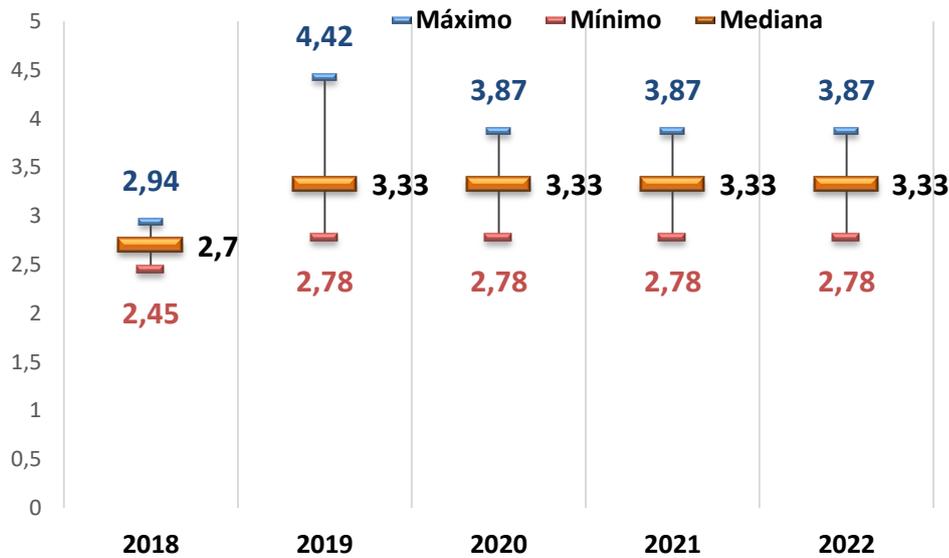
Fonte: Orair, R. (2017)

#### 5.4.2. Distrito Federal

O quadro nacional descrito na seção anterior baliza as projeções para as variáveis do Distrito Federal. As subseções a seguir oferecem um resumo da metodologia empregada e reportam as projeções para cada variável selecionada.

- **Nível de atividade:** a projeção para a atividade econômica do Distrito Federal baseou-se na sua correlação histórica com a atividade econômica do Brasil extrapolada a partir das expectativas para o Brasil contidas no boletim Focus. Em especial, o modelo utilizado carrega o fato de que em boa parte da amostra o PIB distrital situou-se acima do PIB nacional – em especial nos últimos anos. Uma deficiência deste modelo é que aproximadamente metade do PIB do DF advém da administração pública (federal e distrital). Isso faz com que os riscos fiscais do Brasil tenham reflexos diretos e indiretos na economia do DF. Diante do pequeno tamanho da amostra disponível, não foi possível identificar períodos comparáveis. Portanto, existe a possibilidade de, em contexto de restrição fiscal, as estimativas serem demasiadamente otimistas.

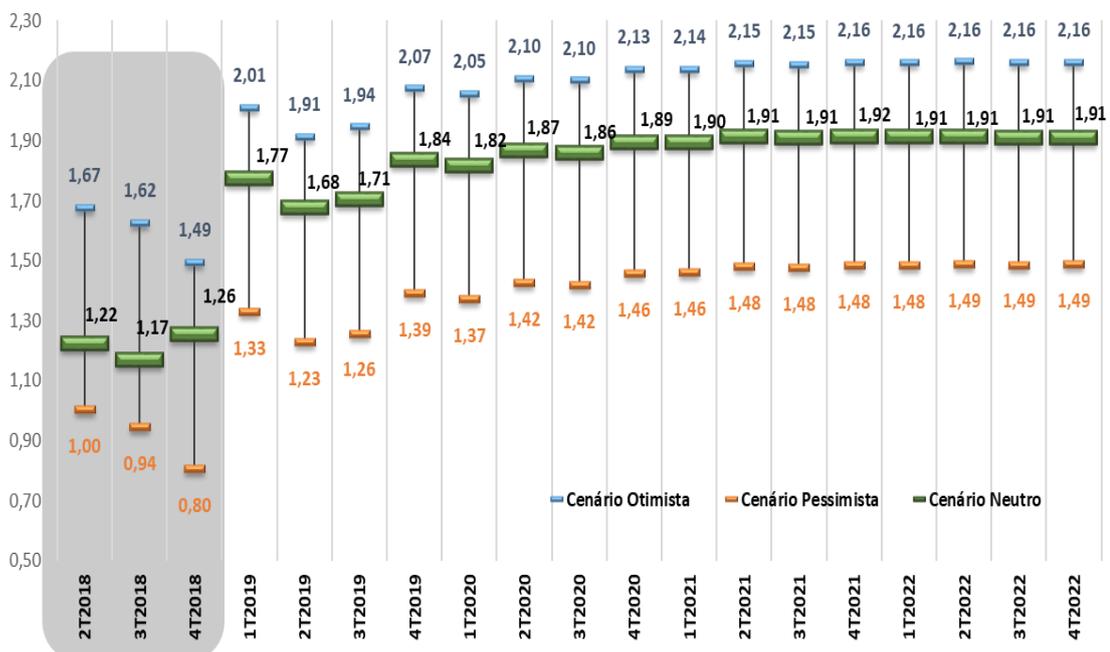
**Gráfico 6** - Projeções para o crescimento do PIB anual (% em relação ao ano anterior)



Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan

Dadas as limitações do modelo anterior, optou-se por reportar também uma projeção alternativa, obtida a partir da correlação entre o PIB nacional e o número de ocupados no DF, medido através da RAIS. Mais especificamente, a partir das taxas de crescimento projetadas para o pessoal ocupado no setor privado e dos cenários para o crescimento do setor público, obtém-se as estimativas de crescimento para a economia do DF. No cenário de referência (neutro) o pessoal ocupado no setor público cresce 1,8% em 2018 e 2% nos anos seguintes. No cenário pessimista, o crescimento é de 1% para todo o período considerado. Por sua vez, o cenário otimista considera crescimento constante de 2,5%. Os valores obtidos consideram a variação do trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior. Em especial, o desempenho da atividade econômica no DF é mais modesto que aquele obtido no primeiro modelo e parece mais compatível com um contexto de política fiscal mais austera.

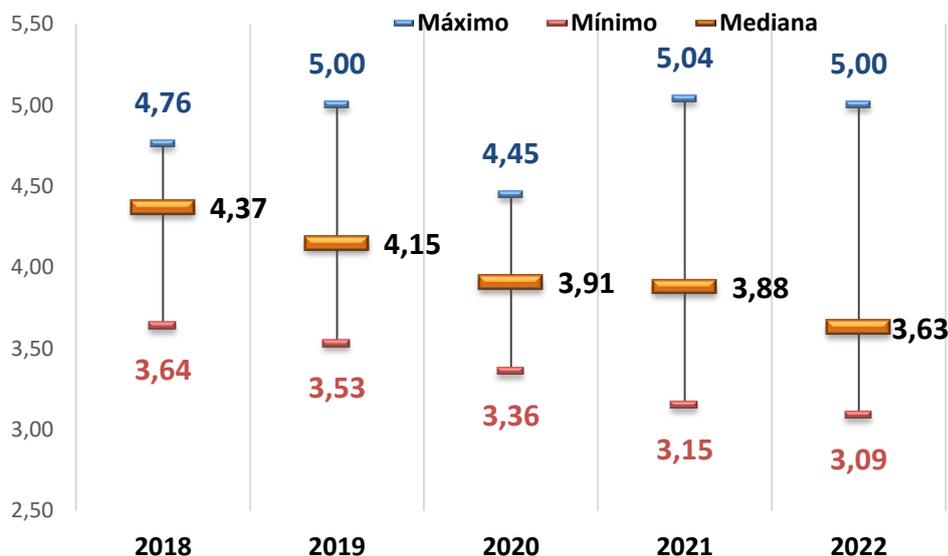
**Gráfico 7** - Projeções para o crescimento do PIB trimestral com base no número de ocupados (%)



Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan

- Inflação:** foi constatado que as séries de inflação do Brasil e de Brasília apresentam cointegração, isto é, uma relação estável de longo prazo. Mais especificamente, os desvios entre as duas séries são temporários e tendem a se dissipar rapidamente. Com base nesta observação, foi construído um modelo de correção de erro (ECM), o qual modela a dinâmica de curto e de longo prazos entre as séries. Novamente, a extração foi realizada a partir das projeções do boletim Focus para a inflação no Brasil.

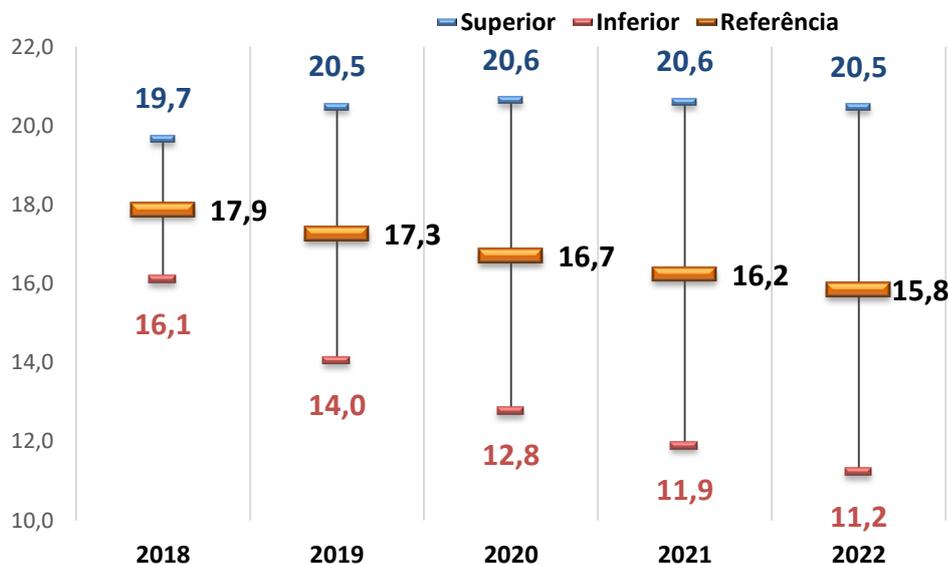
**Gráfico 8 - Projeções para a variação do IPCA anual (%)**



Fonte: GECON/DIEPS/ Codeplan

- Taxa de desocupação:** considerando que a atividade econômica do Distrito Federal é positivamente correlacionada com a atividade econômica do Brasil, é possível conjecturar que a taxa de desocupação do Distrito Federal também guarda relação com a atividade nacional. Assim, optou-se por projetar a taxa de desocupação medida pela PED/DF com base na evolução do PIB do Brasil através de um modelo de vetores autorregressivos (VAR).

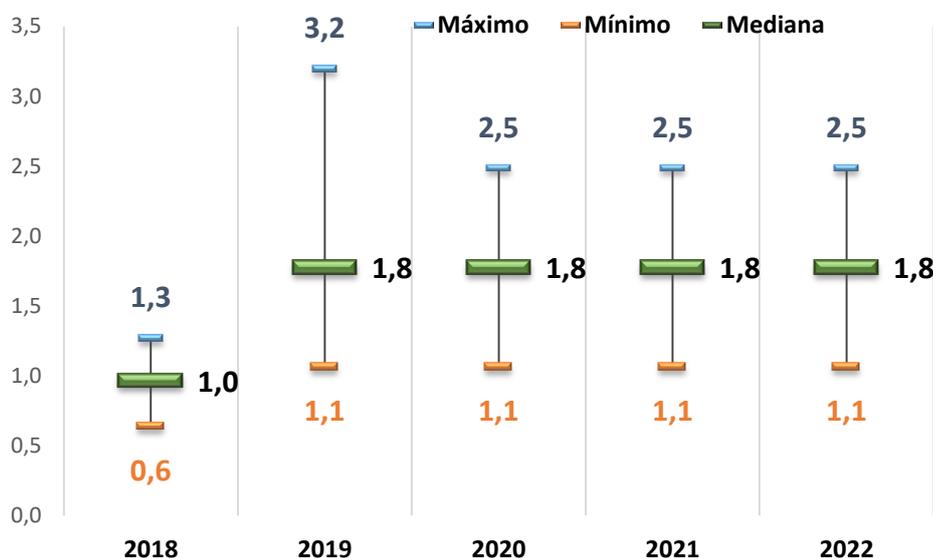
**Gráfico 9 - Projeções para o nível da taxa de desemprego medida pela PED (%)**



Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan

- **Receitas tributárias:** é um fato estilizado na literatura que as receitas são pró-cíclicas, isto é, movem-se na mesma direção da atividade econômica. Por este motivo, considerou-se, novamente, a relação entre atividade econômica distrital e nacional para estimar a variação na receita tributária. A extrapolação, mais uma vez, foi realizada a partir das expectativas para o PIB do Brasil obtidas no boletim Focus.

**Gráfico 10** - Projeções para o crescimento real anual das receitas tributárias (%)



Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan

Em resumo, as projeções apontam para a atividade do Distrito Federal crescendo em torno de 2,7% em 2018 e 3,3% entre 2019 e 2022 no cenário de referência – embora seja possível que estes resultados sejam demasiado otimistas em virtude do contexto de restrição fiscal. Quando ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação reportada pela PED apresentaria trajetória de queda passando de 17,9% em 2018 para 15,8% ao final de 2022. A inflação, medida pelo IPCA, encerraria 2018 em 4,36% e apresentaria redução gradual nos anos seguintes, encerrando 2022 em 3,6%. Por fim, as receitas tributárias apresentariam expansão real de 1,0% em 2018 e 1,8% nos demais anos.

## 5.5. Comentários Finais

Em nível nacional, a questão fiscal ainda é uma grande restrição e continuará sendo para os próximos anos. A atividade econômica deve se recuperar, mas de forma lenta, e o crescimento do PIB nacional não deve ser superior a 2,5% ao ano até 2022. Com esse crescimento, o país só atingiria o nível do PIB pré-recessão, isto é, o nível de atividade do 1º trimestre de 2014, em 2021. A Inflação, tanto em nível nacional como local, deve ficar sob controle, ajudando a manter o poder de compra dos salários. O setor externo deve contribuir positivamente em relação ao verificado nos anos anteriores, embora com importantes fontes de incerteza.

A economia do Distrito Federal deve apresentar expansão nos próximos anos, com reação também no mercado de trabalho. Todavia, a magnitude destes movimentos vai depender da sensibilidade da economia local à postura fiscal em nível nacional. As receitas tributárias distritais deverão ter crescimento real próximo a 1% em 2018 e 1,8% ao ano entre 2019 e 2022. Este crescimento modesto das receitas sugere maior cautela do próximo governo quanto à expansão dos gastos.

## 6. CONCLUSÃO

A Codeplan, ao apresentar as projeções e cenários demográficos, econômicos, habitacionais e de mobilidade, saúde e educação e suas implicações, destaca, na área populacional duas tendências que devem marcar a dinâmica demográfica futura do Distrito Federal: a redução do ritmo de crescimento da população e o envelhecimento de sua estrutura etária. Essas transformações terão impactos importantes nas áreas de educação e saúde, especialmente no alcance de algumas metas previstas para essas duas áreas.

Na área habitacional, a maior parte do déficit concentra-se nos grupos de Regiões Administrativas com menor renda, correspondendo ao Grupo 4 (baixa renda), segundo classificação da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), composta pelas Regiões Administrativas de Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA - Estrutural e Varjão) e ao Grupo 3 (média-baixa renda), constituído por Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião.

A tendência de queda progressiva da fecundidade e a formação tardia de famílias, juntamente com o envelhecimento da população resultará na redução de domicílios chefiados por responsáveis jovens, o que poderá contribuir para a redução do déficit habitacional no futuro.

A Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel são os dois componentes principais do déficit no Distrito Federal. No cálculo feito pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth), 83% do total de domicílios com déficit habitacional se concentravam nesses dois componentes. No cálculo da Fundação João Pinheiro (FJP), as componentes com maior participação também são a Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel. Porém, no período 2011 a 2015, houve redução do número absoluto de domicílios com Coabitação Familiar e crescimento do número absoluto de domicílios com Ônus Excessivo com Aluguel. Mantendo-se essa tendência para os anos de 2020 e 2025, estima-se que a Coabitação Familiar e o Ônus Excessivo com Aluguel continuem sendo os dois componentes principais do déficit habitacional urbano no Distrito Federal.

Em relação à mobilidade dos moradores do Distrito Federal, o estudo aponta que, com base em dados de 2017, os motoristas ficam presos em engarrafamentos cada vez mais demorados, em trajetos cada vez mais longos, devido aos mais de 1.716.878 carros que circulam nas vias do Distrito Federal.

Naquele ano, para cada 100 pessoas no Distrito Federal, 56,48 possuíam automóveis próprios. As projeções indicam que essa situação acentuar-se-á mais ainda com o passar dos anos, pois estima-se que, em 2025, de cada 100 pessoas, 62,45 terão carros próprios. Em 2017, o percentual de carros no ano de 2017 aumentou quase o dobro da taxa de crescimento da população na área urbana do DF, mas já chegou ser mais que quatro vezes a taxa de crescimento da população, no período 2006 a 2010.

Para o cenário econômico, como consequência da metodologia empregada, os resultados refletem, por um lado, a relação histórica observada entre cada variável e sua contraparte em nível nacional e, por outro lado, as expectativas apuradas para o Brasil a partir da pesquisa Focus do Banco Central. Portanto, o desempenho das projeções depende fundamentalmente da manutenção daquelas relações históricas e da acurácia das expectativas da pesquisa Focus.

As projeções no cenário de referência apontam recuperação do PIB em 2018, com variação de 2,7% em relação a 2017. Para os anos 2019-2022, espera-se crescimento de 3,3%. Entretanto, estes valores devem ser tomados com cautela devido ao pequeno tamanho da amostra disponível e a ausência de estimativas acerca do impacto do ajuste fiscal sobre a economia da DF. Consistente com a recuperação da atividade, tanto o mercado de trabalho como as receitas tributárias evoluem positivamente. A taxa de desocupação encerra 2018 em 17,9% e recua gradualmente nos anos seguintes até alcançar 15,8% em 2022. No que diz respeito às receitas, as projeções indicam crescimento de 1,0% em termos reais em 2018 e 1,8% nos anos seguintes. Por fim, a inflação, medida pelo IPCA, apresenta trajetória decrescente ao passar de 4,37% em 2018 para 3,63% em 2022.

**Companhia de Planejamento  
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal  
SAM, Bloco H, Setores Complementares  
Ed. Sede Codeplan  
CEP: 70620-080 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)